

Departamento de Sociologia

**Visões dos Estudantes Universitários a Viver em Portugal sobre o
Processo Recente de Consolidação Democrática em Angola**

Germano Rangel Chio Correia

**Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Sociologia**

Orientador:

**Professor Doutor José Luís Casanova, Professor Auxiliar do ISCTE – Instituto
Universitário de Lisboa.**

Co-orientador(a):

**Professora Doutora Inês Pereira, Professora Auxiliar convidada do ISCTE – Instituto
Universitário de Lisboa.**

Junho, 2017

Visões dos Estudantes Universitários a Viver em Portugal sobre o
Processo Recente de Consolidação Democrática em Angola

Germano Rangel Chio Correia

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Sociologia

Orientador:

Professor Doutor José Luís Casanova, Professor Auxiliar do ISCTE – Instituto
Universitário de Lisboa.

Co-orientador(a):

Professora Doutora Inês Pereira, Professora Auxiliar convidada do ISCTE – Instituto
Universitário de Lisboa.

Junho, 2017

Agradecimentos

Aos meus pais, Joaquim Correia e Angelina Chio, por viabilizarem e permitirem o meu acesso a esta vida e estarem sempre presentes nos meus planos académicos.

Agradeço aos amigos, Salei Padre e Marcelino Ekungo por viabilizarem a minha vinda para Portugal e em especial nesta Instituição de ensino.

Ao Manuel Zangado Cavela pela irmandade, camaradagem e companheirismo ao longo desta etapa académica.

Agradeço ao professor António Firmino da Costa por ter aceitado o desafio de levar avante este trabalho que obteve outra direção pelo impedimento do estado de saúde.

Ao professor José Luís Casanova, vai o meu eterno agradecimento pela entrega sem hesitação a este trabalho que não teria o mesmo rumo se não fosse acompanhado com bastante profissionalismo, sabedoria, abdicção e espírito de amizade.

À professora Inês Pereira que não hesitou na entrega a esta causa e não mediu esforços para os vários encontros de carácter metodológico mantidos no ISCTE.

À Carla Marina Amaral e à toda a sua família e amigos que aceitaram o desafio de garantir um amparo.

O meu agradecimento estende-se à Valdmira Cardoso pelo apoio incondicional.

Ao meu irmão, Ectiandro Correia, pela disponibilidade em me substituir nas minhas responsabilidades em Angola.

Ao amigo Hilton Fortuna Daniel que viu em mim um irmão que precisa de apoio como pessoa e como académico longe das pessoas mais próximas. Ao Adriano Bey, obrigado pela amizade e pela força.

A todas as pessoas que permitiram concluir este trabalho mediante as entrevistas prestadas.

Dedico este trabalho ao Gracileo Correia e Alana Correia por suportarem as dificuldades provocadas pela minha ausência.

A todos, o meu muito obrigado!

Resumo

O tema ao qual nos propusemos investigar trata do papel do Estado no processo de consolidação democrática em Angola na visão dos estudantes universitários a viver em Portugal. O objetivo geral consistiu em analisar as representações relativas à vida política e universitária em Angola desses estudantes, incidindo particularmente sobre a democracia, progresso social, organizações políticas (incluindo o Estado), e universidade. Para este estudo utilizamos um método intensivo, com base na *análise documental*, incluindo dados secundários de índices internacionais, a *observação direta* e *entrevistas* a aplicar a um conjunto de estudantes angolanos em Portugal divididos em 2 grupos: por um lado os que se consideram neutros ou contra o partido no poder e, por outro, os militantes do Partido MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola). Os resultados da observação e as respostas às entrevistas foram submetidas a análise de conteúdo. Um conjunto de dados foram obtidos a partir de bases internacionais, em que Angola aparece em perspetiva comparada. No que respeita ao índice de democracia, Angola posiciona-se abaixo da média do mundo e de África, e de países não democráticos como é o caso da Cuba. No que respeita ao Índice de Progresso Social, Angola enquadra-se entre os países com progresso social muito baixo.

No conjunto de estudantes entrevistados observa-se uma tendência geral para: considerar as desigualdades sociais como passíveis de serem diminuídas; ter todo ou algum interesse pela vida política do país; dar elevada importância à participação política como elemento fulcral na consolidação democrática; aceitar os resultados dos estudos feitos ao nível internacional no que respeita à democracia Angolana em perspetiva comparada; oscilar quanto a apreciação do exercício do conjunto de liberdades; considerar como uma mais-valia a proposta de representatividade por quotas na democracia representativa; e, por fim, considerar o ensino superior em Angola como sendo de baixa qualidade, ao mesmo tempo que vêm políticas que visem a melhoria da qualidade de ensino. Verifica-se, de um modo geral, que o facto de os estudantes se identificarem ou não com o MPLA se associa a diferentes respostas que dão às questões da entrevista.

Palavras-chave: Estado, Democracia, Universidade, Angola.

Abstract

We aim to investigate the role of the state in the process of democratic consolidation in Angola, as viewed by college students living in Portugal. The general objective is to analyse the representations concerned with political and college life of these students in Angola, including those about democracy, social progress, political organizations (including the State) and university. For this study, we used an intensive method, based on *documental analysis*, including secondary data from international indices, *direct observation* and *interviews* to be applied to a number of angolan students in Portugal, divided into two groups: on the one hand, those who consider to be neutral or against the party in office; on the other hand, militants of the MPLA Party (Popular Moviments for the Libetration of Angola). The results of the observation and the responses to interviews underwent content analysis. A set of data was obtained from international databases, in which Angola appears in a comparative perspective. Regarding the index of democracy, Angola is positioned below the world and Africa mean, and below undemocratic countries such as Cuba. Regarding the Index of Social Progress, Angola is amidst the countries with very low social progress. In the set of interviewed students, there is a tendency to: consider social inequalities as something that can be reduced; having all or some interest for the political life of the country; give a high level of importance to political participation as a central element in democratic consolidation; accept the results of international studies regarding Angolan democracy in a comparative perspective; to swing regarding the appreciation of the set of liberties; to consider the proposal of representativity by quotas in representative democracy as an asset; and, finally, to consider higher education in Angola as having a low level of quality while watching policies that aim at improving the quality of the teaching. Generally, one can find that students identification or non-identification with MPLA e associated with different answers being given to the questions in the interview.

Key-words: State, Democracy, University, Angola.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Índice de Quadros	vi
Índice de Gráficos	vii
Siglas e abreviaturas.....	viii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – Enquadramento teórico e metodologia	3
1.1 Representações Sociais	3
1.2 Posições Sociais	4
1.3 Orientações sociais.....	5
1.4 Cultura Política	5
1.5 Estado, Universidade, Democracia.....	7
1.6 Estratégia metodológica e técnicas de recolha de informação	8
CAPÍTULO II – O Estado, a Universidade e a Democracia em Angola	10
2.1 Do Estado: condições para o exercício dos deveres cívicos e patrióticos dos governantes e da sociedade civil.....	10
2.2 Das Universidades: qualidade e nível de valorização dos quadros	13
2.3 Para a Democracia: um ponto desejado e a ser consolidado	16
2.4 Dados de índices internacionais sobre Democracia e Progresso Social em Angola.....	20
CAPÍTULO III – Análise e interpretação dos resultados das entrevistas.....	26
3.1 Caracterização do painel	26
3.2 Caracterização sociocultural e cultura política dos estudantes	26
3.2.1 Posições sociais	26
3.2.2 Orientações sociais.....	27
3.2.3 Interesse pela política.....	29
3.2.4 Confiança nas instituições	29
3.2.5 Participação cívica e política.....	30
3.3 Representações e valores relativos à vida política e universitária em Angola dos estudantes.....	32
3.3.1 Democracia.....	32
3.3.2 Progresso Social.....	35
3.3.3 Organizações políticas (Estado, partidos, associações juvenis)	37
3.3.4 Universidade.....	38

CONCLUSÕES.....	40
BIBLIOGRAFIA	43
ANEXOS.....	I

Índice de Quadros

Quadro nº 1 –Índice de Democracia, 2015	22
Quadro nº 2– Índice de Progresso Social/ Resultado de 2016.....	23
Quadro nº3 – Angola, Social Progress Index 2016/Pontos: 0-100	24

Índice de Gráficos

Gráfico° 1– Índice de Democracia por Regiões 2006-2015	20
Gráfico° 2 – Índice de Democracia por Países2006-2015	21

Siglas e abreviaturas

ADRA – Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente.

CASA-CE – Convergência Ampla para a Salvação de Angola – Coligação Eleitoral.

Cf. – Confere

CRA – Constituição da República de Angola

CRPA – Constituição da República Popular de Angola

Et. al. (Et. alii) – E Outros.

FNLA – Frente Nacional para a Libertação de Angola

I.P.S – Índice de Progresso Social

MPLA – Movimento Popular para a Libertação de Angola

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PR – Presidente da República

P.S – Progresso Social

R.C.A – República Centro Africana

UNITA – União Nacional para a Libertação Total de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

INTRODUÇÃO

Como disse W. Churchill, a democracia é o pior regime político com exceção dos já experimentados, ideia repetida por Dahl para quem a democracia é, para a maior parte de nós, uma aposta melhor do que qualquer alternativa possível (Dahl, 2000) (ver também Giddens, 2000:118).

Neste trabalho pretende-se saber quais são as representações e valores relativos à vida política e universitária em Angola dos estudantes universitários angolanos a viver em Portugal, e em particular a opinião que têm sobre o papel do Estado no processo de consolidação democrática angolano.

Pretende-se, ainda, discutir a questão da democracia associada às particularidades socioculturais angolanas (os vários grupos étnicos existentes no território nacional) e a questão da aplicabilidade de quotas na democracia representativa angolana, pois o que aqui se verifica é a tendência das pessoas em se aliarem a Partidos tangentes às suas zonas étnico-culturais.

O papel de um Estado, constitucionalmente democrático, para a consolidação de uma democracia é de cumprir um dever sociopolítico. As universidades também estão ao serviço do Estado, por isso elas não têm o fim natural de democratizar; é necessário que o Estado em que esta Universidade se encontra esteja antes virado para tal fim.

Para conhecermos melhor estas relações entre democracia, Estado e Universidade em Angola vamos ter em conta o que se compreende por democracia, a importância da democracia e do progresso social, com recurso a bibliografia especializada e análise de conteúdo, ao mesmo tempo que contamos com a opinião de estudantes universitários angolanos em Portugal sobre o papel do Estado e do próprio cidadão nesse processo, e assim contribuímos para a consolidação do ideal democrático, contando com a nossa atenção no preenchimento das lacunas visíveis. Trata-se, portanto, de trazer para a reflexão política angolana pontos de vista diferentes sobre o que se regista em Angola em termos de processo de consolidação democrática nos seus vários aspetos.

O conceito de representação social é, pois, central neste trabalho, uma vez que é com base na visão pessoal que os estudantes fazem a sua abordagem ao que se passa no país.

Para analisar estas representações, procurando compreendê-las e explicá-las, recorreremos ainda a características socioculturais destes estudantes como as suas posições e orientações sociais, bem como a sua cultura política.

Mais especificamente, podemos apontar então os seguintes objectivos:

- Analisar as representações relativas à vida política e universitária em Angola de estudantes universitários angolanos a viver em Portugal, incidindo particularmente nos temas: democracia, progresso social, organizações políticas (incluindo o Estado), e universidade;
- Analisar essas representações comparando-as com referências e dados internacionais sobre democracia e progresso social em Angola;
- Relacionar as características socioculturais dos estudantes com as suas representações relativas à vida política e universitária em Angola.

Para este efeito, recorreremos fundamentalmente à análise documental e à aplicação de um conjunto de entrevistas a estudantes universitários angolanos.

A nossa pesquisa compreende três capítulos. O primeiro capítulo trata dos principais conceitos a ter em conta na pesquisa e da metodologia da pesquisa. O capítulo seguinte referencia a necessidade de consolidar a democracia em Angola e articulações entre os conceitos de Estado, Universidade e Democracia. No último capítulo apresentam-se os resultados conseguidos mediante as entrevistas feitas aos estudantes angolanos a residirem em Portugal. Na conclusão fez-se uma inferência dos principais pontos desenvolvidos, ao mesmo tempo que contamos com os principais resultados conseguidos na análise dos dados secundários dos estudos internacionais bem como nas entrevistas efetuadas.

CAPÍTULO I – Enquadramento teórico e metodologia

1.1 Representações Sociais

Tal como referido, este trabalho está focalizado na análise de representações, o que requer uma referenciação prévia deste conceito no âmbito da ciência social.

Segundo Jodelet (em Naiffet.al, 2009), representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribuem para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Toda a representação social é representação de alguma coisa ou de alguém; (...) é o processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas (Moscovici, 2003 citado em Naiffet.al, 2009). Se quisermos compreender porque é que uma pessoa se comporta de um jeito e não de outro devemos ver as relações sociais embutidas em seu quotidiano. As Nossas reações frente a outras pessoas e objetos sociais são, em grande parte, medidas pela percepção e pelas representações sociais que fazemos delas (Moscovici, 2003 citado em Naiffet.al, 2009).

A formação de representações sociais, portanto, agrega duas principais características: em primeiro lugar a premissa de que as representações sociais têm como objetivo transformar o não-familiar em familiar, e em segundo lugar é uma modalidade, segundo Moscovici (1984), que tem por função direcionar o comportamento e a comunicação (Naiffet.al, 2009).

Numa abordagem diretamente ligada à nossa pesquisa, podemos entender as representações sociais como o conjunto de perspetivas dos estudantes sobre a própria inserção social e sobre a posição que os outros parecem atribuir-lhes (Casanova, 1993:41).

Ao ler os escritos de João Ferreira de Almeida, podemos verificar a solidez da democracia quando nos deparamos, ao nível das representações, com a interdependência de determinantes essenciais como a liberdade e a igualdade. Citando Bernard Crick, Almeida diz que maior igualdade conduzirá a maior cooperação e não à competição; a igualdade «desenvolverá a fraternidade e libertará a personalidade individual e todo o potencial produtivo da sociedade da inibição, da restrição e da exploração» (Almeida, 1990: 27). Acrescenta-se que, se a busca da igualdade, na perspetiva conservadora, tende a prejudicar a liberdade, também o liberalismo individualista pode enfraquecer a estrutura social e favorecer, por aí, o advento do totalitarismo (Almeida, 1990: 37).

No nosso estudo, a questão das representações completa-se com o conceito de valores, e Almeida, ao fazer uma referência aos partidos políticos portugueses, indica alguns valores

sociopolíticos apresentados por esses partidos como economia, emprego, família, autoridade, futuro, inovação, pragmatismo, educação, democracia e solidariedade (Almeida, 1990:49).

Representações e valores referem-se aos modos como a sociedade pensa e se pensa, (...) e são eles próprios organizadores de ação (Almeida, 1994).

1.2 Posições Sociais

Sabe-se que as representações e os valores dos indivíduos e dos grupos são fortemente influenciados pelas respectivas posições no espaço social, bem como pelos trajetos que aí percorrem (Almeida, 1994:21). Almeida alerta mesmo que medir os outros pelos nossos próprios padrões, tomar por normal ou mesmo por única a nossa experiência de grupo, de classe, de nação, de raça, caracteriza o chamado obstáculo etnocêntrico.

Já anteriormente José Carlos Ferreira de Almeida afirmava que quer os comportamentos, quer as opiniões, ou seja valores e representações, bem como as expectativas e as «aspirações» dos indivíduos distribuem-se articulados segundo configurações específicas, que por sua vez associam-se às *posições sociais* ocupadas pelos indivíduos. A noção de posição social é aqui ligada às de *estatuto* e de *papel* sociais (Almeida, 1970 pp. 5-40).

Um modelo clássico de abordagem teórica é-nos fornecido pela proposta weberiana, segundo a qual aquilo que aqui é designado por 'posições sociais' deve ser analisado simultaneamente mediante escalas separadas de poder, prestígio e riqueza (Almeida, 1970 pp. 5-40). Posição social é, então, nas abordagens de raiz mais empirista, o conjunto de disponibilidades económicas (fonte e/ou tipo de proventos, ou «nível de vida», ou ainda nível socioeconómico, ou capacidade de consumo), situação socioprofissional (autonomia/dependência, ou grau hierárquico, execução/organização/gestão-direção, manual/não-manual, etc.), aspetos de poder e prestígio, grau de instrução ou capacidade de participação/«consumo» cultural, bem como (entre outras) a situação socio-ecológica (a distinção rural/urbano é muito empregue e associa aspetos geográficos-ecológicos com aspetos etnoculturais), articuladas por indivíduos em sociedade nas suas vivências quotidianas (Cf. Almeida, 1970 pp. 5-40).

O conceito de posição social integra as classes sociais, que pode se definir pela combinação entre o indicador socioprofissional e o indicador de nível de ensino frequentado, permitindo aceder a um conjunto de ilações sobre a composição de classe de uma população (Costa, 2008). O estudo de António Firmino da Costa evidencia a influência do capital escolar na categorização profissional e indica que a relação entre os dois elementos está na base de enquadramentos profissionais diferenciados (Costa, 2008).

1.3 Orientações sociais

Por tratarmos das representações sociais dos estudantes, importa referenciar o conceito de orientações sociais, a partir das quais cada estudante irá fazer a sua apreciação particular da situação real.

O conceito de orientações sociais é desenvolvido com base no *habitus* de Bourdieu que, conforme sublinha Casanova (2004), é um conceito parcialmente coincidente com a noção de consciência prática de Giddens. O conceito de *habitus* na formulação de Bourdieu traduz uma noção de costume, isto é, de conduta humana e constitui condição fundamental de possibilidade da comunicação, da interação e da relação com o meio social. Para Bourdieu, “o *habitus* é um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada” (Thiry-Cherques, 2006: 27-55).

Compreender as orientações sociais pressupõe olhar para o indivíduo na sua vivência social, sendo de particular importância, como disse Casanova (2004), o contributo de Max Weber no que respeita à ação. É sustentada a noção de «orientação», que tem alguma tradição na ciência social e na sociologia, e representa uma versão intelectualmente mais ampla e aberta na designação de um princípio gerador da ação centrado nos atores sociais.

As orientações sociais determinam-se pelas condições de vida na sociedade:

se as condições sociais de existência constituem o dado mais estrutural da vida social, e se as disposições acompanham a reprodução bem como a mudança dessas condições – de acordo com as teses de Pierre Bourdieu – é defensável que as disposições mais estruturais sejam as disposições relativas às condições sociais de vida. As orientações sociais são, pois, definidas como orientações relativas às condições sociais de vida (Casanova, 2004:44).

Os resultados desta pesquisa de Casanova (2004) demonstram que as orientações sociais se estruturam de acordo com dimensões muito díspares de condições sociais de existência, tanto com diferenças de posição como de origem social, variando igualmente com tipos de trajetórias e de sociabilidades.

1.4 Cultura Política

Dado que as representações e valores aqui abordados se referem essencialmente a questões políticas, é importante referenciar também o conceito de cultura política.

Parece útil, num primeiro passo, definir a cultura política como articulação de representações sociais ou de estruturas simbólico-ideológicas referidas à esfera do político. Expressos em termos correspondentes ao nível de menor redução, quer as estruturas simbólico-ideológicas,

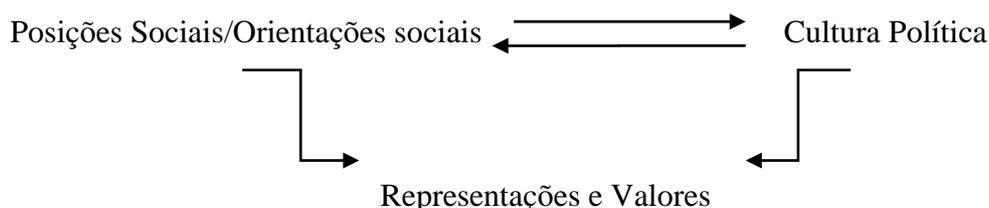
quer as representações sociais compreendem crenças, explicações, atitudes, valores e conações (esquemas de ação) (Heimer, et al, 1990: 17). No sentido preciso aqui definido, a cultura política é, pois, entendida como o conjunto ou padrão das crenças, explicações, valores, atitudes e esquemas de ação referidas à política (Heimer, et al, 1990: 18).

A sucessão de graves crises político-sociais denuncia o esgotamento de um modelo político-ideológico dominante, a que se seguem períodos de certa instabilidade em que as medidas tomadas pelos governos contradizem, por vezes, as orientações programáticas e de fundo. É neste sentido que a cultura política mantém o seu poder analítico e explicativo na medida em que permite compreender a continuidade e coerência das respostas diferenciadas dos grupos sociais relativamente a uma mesma problemática (Viegas, 1998: 121-122).

Entendemos que cultura política consiste, pois, no conjunto de condições e consequente acumulação de conhecimentos científicos nesta área, conseguidos no processo de socialização política dos cidadãos. “A cultura política fornece uma orientação para o comportamento político efetivo, dotando a coletividade de uma estrutura sistemática de valores e considerações racionais que garantem a coerência no funcionamento das instituições e organizações” (Heimer, et. al, 1990: 12-13).

Há que referir a muito debatida questão do caráter analítico ou normativo do conceito de cultura política. “Tal como o conceito foi inicialmente lançado, especialmente por Gabriel Almond e Sidney Verba, compreendia maciças conotações normativas, no sentido de uma preocupação com “bons” ou “maus” padrões de cultura política. Este tipo de uso continua a verificar-se ocasionalmente, mas sobretudo no discurso de “elites políticas”, enquanto nas ciências sociais a preferência quase exclusiva vai, entretanto, para conceitos de natureza estritamente analítica” (Heimer, et al, 1990: 15).

Faz ainda sentido fazer referência ao conceito de *cultura societal*, compreendido como o conjunto das estruturas simbólico-ideológicas ou representações sociais referidas à sociedade no seu todo, e considerar a cultura política como parte da cultura societal (Heimer, et al, 1990: 18).

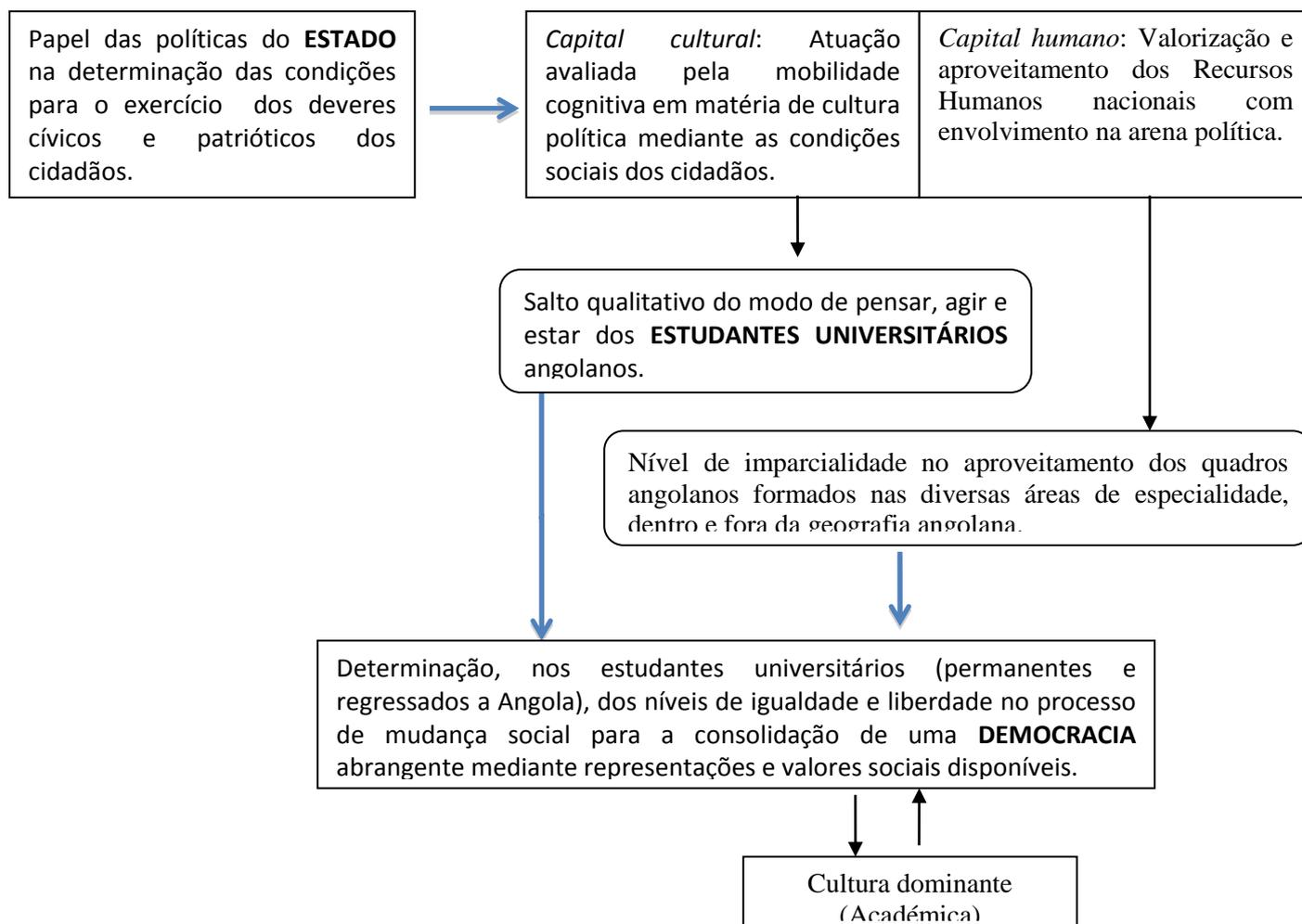


O principal objetivo desta dissertação é o de analisar as representações e valores relativos à vida política e universitária de estudantes universitários, e pressupõe-se, então, que estas representações variem com as posições e orientações sociais dos estudantes, bem como com a sua cultura política.

1.5 Estado, Universidade, Democracia

O papel de um Estado é determinante na consolidação de uma democracia. Ora, as universidades também estão ao serviço do Estado, ao mesmo tempo que aquelas também determinam a particular apreciação que se faz do Estado em que se inserem. Por isso, como já foi referido, elas não têm o fim natural de democratizar; é necessário que o Estado em que esta Universidade se encontra esteja antes virado para tal fim. Assim, a relação que antevemos entre estes três elementos é uma relação triangular, em que as componentes Estado e Universidade estabelecem entre si uma relação horizontal, e ambas estão na base de determinação da Democracia, constituindo este o terceiro e último elemento.

Modelo de análise – Estado, Universidade, Democracia



Fonte: Criação própria, baseada em Katúmua, 2014

A construção deste modelo de análise teve como fonte de inspiração os critérios de organização de Katúmua (2014), que por sua vez contou com os contributos de Caldeira (1995), Machado (2002) e Pires (2003).

Considera-se que as representações e valores relativos à vida política e universitária deverão variar fundamentalmente com diferenças tanto de posição social como de cultura política dos estudantes subsumidas na divisão entre, por um lado, os que se consideram não militante do partido no poder e, por outro lado, os militantes do partido MPLA.

1.6 Estratégia metodológica e técnicas de recolha de informação

Para este estudo utilizamos um método intensivo, com base na *análise documental*, incluindo dados secundários de índices internacionais, a *observação direta* e *entrevistas* a aplicar a um conjunto de estudantes angolanos em Portugal. Os resultados da observação e as respostas às entrevistas serão submetidos à análise de conteúdo.

O conjunto das doze entrevistas foi feito em locais diversos, sendo que quatro decorreram no ISCTE nos dias 20 de Fevereiro de 2017 (duas entrevistas), 22 de Fevereiro de 2017 e 6 de Março de 2017. No dia 21 de Fevereiro de 2017 foi feita mais uma entrevista no Instituto Superior Técnico e, por razões de indisponibilidade de alguns entrevistados, procedi com a primeira e segunda entrevistas por *skype* no dia 23 de fevereiro de 2017. No dia 24 de Fevereiro de 2017 obtive uma entrevista com um estudante que se disponibilizou a vir em minha casa. Pelo facto de um dos estudantes angolanos em Portugal disponíveis ter-se encontrado na Holanda no dia 3 de Março de 2017, tive de proceder com a terceira entrevista por *skype*, tendo sucedido o mesmo, por razões de saúde, no dia 10 de Março de 2017, no dia 11 do mesmo mês e ano por indisponibilidade de tempo e no dia 12 de Março de 2017 pelo facto de se tratar de um estudante da Beira Interior.

Sublinha-se que maiores cuidados foram tidos nas entrevistas por *skype*, pois, a distância permitiu guardar-se de certos gestos físicos capazes de influenciar respostas. Por se tratar de uma pessoa próxima, a segunda entrevista teve maiores riscos de ser influenciada mesmo mantendo-se neutro, sem concordar ou sem discordar de alguma resposta, pois, o facto de conhecer em parte a minha apreciação política da realidade angolana fez com que o entrevistado fosse muito sucinto e desconfiado nas respostas. Contudo, o cuidado de não influenciar respostas, deixar o entrevistado expressar-se livremente e procurar entender por perguntas secundárias as respostas menos claras esteve na base de obtenção de resultados válidos nas demais entrevistas.

Antes de efetuar as entrevistas deixamos claro que a mesma é de caráter confidencial e confiável, simplesmente direcionado à recolha de informações para completar o quadro das investigações científicas, e que por razões de segurança e integridade na transcrição do que foi dito devia-se gravar mas sem nenhum perigo de vazar a informação, pelo que não seria registado o nome. Isto esteve na base da disposição por parte dos entrevistados. Contudo, houve registos de sobressaltos em que os estudantes não cederam a entrevista, alguns por alegada falta de domínio do tema e outros (na sua maioria) por não querer arriscar em falar da política nacional. Houve um caso extremo de um estudante que alegou não poder falar sobre o assunto após ter-lhe dito o tema em abordagem, sendo que o mesmo pertence ao partido no poder. Disse que não podia falar em nome do partido sobre uma realidade que já se sabe ser precária, segundo ele, isso mancharia a imagem do partido.

O guião utilizado para as entrevistas comporta essencialmente cinco blocos, sendo que o primeiro responde à caracterização social e política dos entrevistados, traçado com o objetivo de saber, dentre outras coisas, o sexo, a idade e a situação profissional, bem como saber a visão dos estudantes sobre a existência de assimetrias sociais. Ainda neste bloco é fundamental saber o nível de envolvimento dos estudantes com as questões políticas de Angola e internacionalmente. No bloco sobre a democracia traçou-se o objetivo de conhecer as representações e valores dos entrevistados relativamente à vida política e universitária em Angola, procurou-se saber a apreciação dos estudantes sobre a democracia e os elementos constitutivos que determinam o grau de democratização. No quadro do progresso social avaliou-se a apreciação dos estudantes sobre o grau de liberdades existente em Angola bem como as possibilidades e limites de progredir socialmente. Sobre as organizações políticas traçou-se o objetivo de saber a apreciação dos estudantes sobre a proposta de representatividade por quotas étnicas na Assembleia Nacional e um pouco sobre as políticas do Estado para as Universidades. Finalmente, o bloco relativo as Universidades procurou saber as razões da vinda dos estudantes a Portugal e a opinião sobre as políticas de gestão por parte do Estado visando a melhoria do funcionamento das Universidades.

CAPÍTULO II – O Estado, a Universidade e a Democracia em Angola

Depois deste enquadramento teórico, vamos prosseguir com um enquadramento histórico e sociopolítico da sociedade angolana, centrando-nos especificamente nos temas que importa desenvolver, e que são o Estado, a universidade e a democracia.

2.1 Do Estado: condições para o exercício dos deveres cívicos e patrióticos dos governantes e da sociedade civil

Segundo Fukuyama, o Estado é uma instituição humana antiga, remontando há cerca de 10 mil anos às primeiras sociedades agrícolas que floresceram na Mesopotâmia. Esclarece-se ainda que a ascensão dos Estados europeus, com a sua capacidade para providenciar ordem, segurança, leis e direitos de propriedade, foi a que tornou possível o surgimento do mundo económico moderno (Fukuyama, 2006). Sabe-se que nem todas as soberanias têm circunstâncias semelhantes de surgimento e que a má governação contribui diretamente para a perda de respeito pela soberania de um país por parte da comunidade internacional (Fukuyama, 2006): “É papel do Estado medir a capacidade da classe dominante para manter a coesão do conjunto social na base de uma solidariedade assente na comum pertença a um território” (Dulong, 1978: 187).

Numa abordagem histórica que levou à constituição do Estado angolano como é concebido hoje, após a proclamação da sua independência sob liderança política do MPLA, Angola constituía um sistema de governo de cariz marxista-leninista, de partido único, com feições autoritárias e mesmo totalitárias (Hodges, 2003; Nganga et. al., 2006; Vidal e Andrade, 2008; Santos, 2009 citados em José, 2012). O sistema político consagrava o monopartidarismo, sendo o MPLA considerado “a força dirigente da nação” (Constituição da República Popular de Angola, 1975, artigo 2º).

O sistema político da I República (1975-1991) caracterizou-se por concentrar poderes legislativos e executivos de grande amplitude no Presidente da República. Esta indispensabilidade do Estado no processo de desenvolvimento (que em África estende-se um pouco por todos os lados) era justificada, fundamentalmente, por três razões: construir o principal agente ao nível do investimento; desempenhar um papel primordial no desenvolvimento das forças produtivas; proteger a sociedade integrando-se no sistema dos Estados (Júnior, 1996: 23). Para o caso angolano no período antes 1992, o Presidente da República arrogava a chefia do Estado, o comando supremo das Forças Armadas, a presidência do Conselho da Revolução e da Assembleia do povo, além da chefia do partido (CRPA 1975, artigos: 31.º, 41.º e 52.º).

Após a primeira fase deste sistema político que se estendeu até ao ano de 1991 (realização das eleições legislativas e presidenciais em 1992), o regime político angolano caracteriza-se por ter uma base anterior que engloba formas políticas da antiga metrópole, elementos de cultura política de luta de libertação nacional, formas de cultura política Bantu, assente na história e na tradição política das várias comunidades que compõem o mosaico etnolinguístico de Angola (José, 2012).

Numa visão do quadro político angolano atual, respeitando a ala esquerda do espectro ideológico com que se identifica o partido no poder, na sua função dinamizadora e integradora, o Estado age em vários planos: no domínio económico, investe, planifica e escolhe as prioridades para o desenvolvimento; no plano político, procura corresponder aos interesses de todos os segmentos sociais; no plano social, tenta realizar a assistência social, construindo hospitais, dispensários, etc.; no plano cultural, tenta uma integração através dos meios de comunicação de massas e, sobretudo, da educação (Júnior, 1996: 24).

Angola é um país que nasce a 11 de Novembro de 1975, com o processo de conquista da Independência Nacional (José, 2012; Tchiwila, 2015). Compreende-se, por este facto, que a par de outros países – os já consagrados “Estados fortes”, como os ocidentais – Angola precisa de continuar a caminhar rumo a uma consolidação dos seus estatutos como um Estado. É tão necessário tal desiderato que até o comunismo não negou de todo materializar a ideia; Marx fala do «Estado futuro da sociedade comunista», ou seja, parece reconhecer a necessidade do Estado mesmo sob o comunismo (Lénine, 1975:40). Essa construção é uma exigência dos novos tempos, pois, como defende Fukuyama, a construção de estados é uma das questões mais importantes para a comunidade mundial, porque os *Estados fracos* ou fracassados são a fonte de muitos dos mais graves problemas do mundo, da pobreza à SIDA, das drogas ao terrorismo (Fukuyama, 2006:9).

Na visão de Fukuyama, consideram-se fracos muitos Estados africanos pela incapacidade institucional de dar solução a determinados problemas sociais.

Para o caso particular de Angola pode-se chamar a prova o grande surto de febre-amarela que vitimou centenas de cidadãos no ano de 2016. De acordo com o Jornal de Notícias de Angola, a OMS assumiu a 19 de Junho que a resposta à epidemia de febre-amarela em Angola, que se

propaga desde Dezembro, levou pela primeira vez à rutura das reservas mundiais de emergência da vacina.¹

A vulnerabilidade da classe mais vitimizada demonstrou a existência em Angola de uma estratificação social polarizada. Neste caso de surto da febre-amarela, houve uma disseminação para outras províncias do país, como relata o referido Jornal. Contudo, a atenção dada às demais províncias diferiram da que se deu a Luanda (o foco das atenções da OMS). Este tratamento desigual faz pensar numa relação Estado-sociedade onde o Estado dá maior atenção a uma zona em detrimento das outras, talvez, como diz Dulong, porque as regiões consideradas se apresentam como pouco estratégicas para o desenvolvimento capitalista (Dulong, 1978).

Uma questão crucial enfrentada pelos países pobres e que bloqueia a sua possibilidade de desenvolvimento económico é o seu nível inadequado de desenvolvimento institucional. Não precisam de Estados grandes, mas precisam de Estados fortes e eficazes, no âmbito limitado das funções necessárias do Estado (Fukuyama, 2006:128).

Os problemas que os *Estados fracos* originam para si mesmos e para os outros aumentam imenso a probabilidade de alguém no sistema internacional criar políticas que descredibilizam tais Estados criando novas propostas de governação tendo em vista a melhoria do bem estar social. É o caso da atuação do FMI em Angola, onde, conforme noticia o jornal VOA de 23 de Março de 2017, “o chefe da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para Angola, Ricardo Velloso, alertou para a necessidade de medidas que ajudem a diminuir a elevada inflação que o país ainda apresenta, acima dos dois por cento por mês. A inflação em 2016 foi superior a 40 por cento, um dado que pode colocar em risco o relançamento da economia angolana”.² *Fraço* refere-se aqui à força do Estado e não ao seu alcance (...) e significa uma falta de capacidade institucional para implementar e impor políticas, muitas vezes induzidas por uma falta subjacente de legitimidade do sistema político como um todo (Fukuyama, 2006:105), pois, o Estado é ele próprio a expressão dum conjunto de relações sociais contraditórias que se pretende apreender no seu movimento (Castells, 1978: 153). A fraqueza do Estado provoca insegurança e desconfiança perante a sociedade e leva o Estado a temer a vontade do povo. Tais medos são tratados por George Orwell no seu trabalho intitulado *1984*, no qual o Estado – designado como «*Bigbrother*» –exerce uma vigilância sobre os seus

¹<http://www.jn.pt/mundo/interior/febre-amarela-em-angola-ja-fez-353-mortos-5260340.html#ixzz4ZtW7af1v>

²<http://www.voaportugues.com/a/fmi-defende-reducao-inflacao-angola/3778464.html>

cidadãos de molde a suprimir as críticas internas e as diferenças de opinião usuais em qualquer democracia (Giddens, 2009:893). Num verdadeiro exercício da democracia, John Rawls prioriza a *liberdade* face a *igualdade* no quadro dos seus dois princípios de justiça (Callinicos, 2002: 55).

A descentralização das tarefas do Estado é um dado imprescindível na luta pela construção de um Estado inclusivo, de todos para todos, evitando uma total desconstrução, tornando, como refere Fukuyama, o que Hobbes chamava a «guerra de todos contra todos» (Fukuyama, 2006). “Aqueles que possuem ou controlam os meios de produção têm poder, sendo capazes de manipular os símbolos culturais, através de criação de ideologias que justifiquem seu poder e privilégios enquanto negam as reivindicações de propriedade e poder dos outros” (Turner, 113).

Entre as causas de fundo dos tumultos no Médio Oriente está a falta de democracia, de pluralismo, ou de uma participação política popular significativa em grande parte do mundo árabe (Fukuyama, 2006:103). Já estamos numa “*Sociedade Reflexiva*” onde o cidadão já não é um passivo cumpridor de imposições (Beck, Giddens e Lash 2000). “Uma corrente de desenvolvimento levou ao que Friedrich Brzezinski (1965) chamou o Estado «totalitário», que tentou abolir toda a sociedade civil e subordinar os indivíduos atomizados aos seus objetivos políticos” (Fukuyama, 2006:17). Negando tais visões, não queremos conceber o estado como Lénine, quando este apela para que não nos esqueçamos que o Estado, mesmo na república mais democrática, é simplesmente uma máquina para a repressão de uma classe por outra (Lénine, 1975).

2.2 Das Universidades: qualidade e nível de valorização dos quadros

Conforme consta na Lei de bases do sistema de educação de 31 de Dezembro de 2001, o Estado angolano está consciente que não pode continuar com taxa tão baixa em qualidade e em investigação no ensino superior, e por isso está a conceber políticas de reformas em todos os subsistemas de ensino (Lupintade, 2014: 6).

A crescente valorização do ensino superior em Angola é analisada no leque de propostas em carteira na relação entre o Ministério do Ensino Superior e o Estado angolano. Como escreve Alain (2014), a legislação educativa nacional de Angola requer uma clara compreensão enquanto pacote normativo de valorização educativa de recursos humanos nacionais. Para tal, MassoussaTonha Alain selecionou dois diplomas normativos que têm incidência relevante na concretização da estratégia desenvolvimentista da valorização de recursos humanos pela

formação e pela formação contínua. São esses documentos, o Decreto nº 20/82, de 17 de Abril, e a lei 20/90, de 15 de Dezembro (Alain, 2007: 60). Como escreve Lupintade, citando Eva Miranda, a importância atribuída às universidades é inalienável, dado que “as instituições do Ensino Superior são um espaço de criação, construção e disseminação do conhecimento, do saber, da inovação e do progresso individual e coletivo” (Lupintade, 2014: 6).

O estudo das Universidades é uma resposta positiva que se dá às exigências de desenvolvimento social. Uma formação adequada a nível superior proporciona um conjunto de ferramentas que garantem a participação do cidadão em várias questões de âmbito sociopolíticas como na redução das desigualdades sociais e participação das políticas públicas (Caraga; 1996: 1201-1233). Como diz Machado, aqui não podemos falar de trajetórias descendentes porque não há nenhum lugar de classe por referência ao qual a condição de estudante universitário represente despromoção social (Machado, et. al 2003:45-80).

O número reduzido de Universidades e pessoal qualificado para responder às exigências do ensino a nível superior (ver Tchiwila, 2015) faz com que grande franja da sociedade angolana não tenha acesso ao Ensino Superior, indicando a falta de condições financeiras para frequentar Universidades privadas. Por democratização do ensino entendemos uma política que vise tornar o ensino, e especialmente o ensino superior, acessível a todas as classes sociais sem distinção de meios materiais (Sousa, pp.248-253); a posição dos alunos deve tender a ser cada vez mais adquirida ou conseguida em termos de qualidades individuais (Domingos, 1973).

A situação em Angola é visivelmente desfavorável e com maior desigualdade por relação ao caso de Portugal. Veja-se que, mesmo neste país, estudos indicam que as probabilidades de aceder à condição de estudante universitário são bastante desiguais conforme as categorias de classe de origem (Machado, et. al 2003:45-80; Costa, 2012: 128-129; Sousa, pp.248-253). E sabe-se que as desigualdades de qualificações escolares, e de competências em geral, são hoje particularmente decisivas no jogo das oportunidades e obstáculos sociais (Machado, et. al 2003:45-80).

Contudo, a necessidade que se tem de qualificar o Ensino Superior em Angola, com várias políticas de repartição geográfica dos estabelecimentos de ensino (Lupintade, 2014; Sousa, pp.248-253) bem como a formação adequada e multiplicação do corpo docente (Sousa, pp.248-253) previstas para os anos de 2013-2020³ deve, por sua vez, enquadrar-se no conjunto

³O Plano Nacional de Formação de Quadros 2013-2020 é integrado por um programa de ação para o biénio 2013-2014, e foi elaborado em conformidade com os princípios, objectivos e

de exigências que se fazem para melhor responder aos novos desafios, conforme a abordagem funcional de Talcott Parsons que distingue quatro funções para as Universidades:

(1...) a função *central* de investigação e de formação científica específica de novas gerações; (2) a preparação para a carreira académica; (3) a formação geral; (4) o contributo para a criação de uma consciência cultural própria e para o processo de formação intelectual crítica. Se as três primeiras podem considerar-se claramente instrumentais e económicas, já a quarta assume um carácter social (Parsons em Caraça; 1996 1201-1233).

A qualidade do ensino superior vai refletir-se num conjunto de competências que os quadros formados trazem para redirecionar o quadro das políticas públicas vigentes bem como a disponibilidade destes para responder a necessidade de consolidar a democracia nacional por meio de uma abertura à participação política inclusiva. Uma formação universitária qualificada garante a capacidade do cidadão em participar e melhorar um quadro de situações menos boas, garantindo um futuro melhor para as gerações seguintes; como diz Santos, “o futuro de Angola será o que as suas escolas quiserem que seja” (Santos, 1970: 282).

Para a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) em 1987, há uma necessidade de existência de universidades que caminhem para uma pluralidade de funções, propondo pontos sobre a qualidade, nível de vida e participação na vida política dos quadros saídos das mesmas universidades. Os 10 pontos que se indicam a seguir tratam de:

(1) providenciar educação pós-secundária; (2) desenvolvimento de investigação e de novo conhecimento; (3) fornecer as qualificações necessárias à sociedade; (4) desenvolver atividades de formação altamente especializadas; (5) reforçar a competitividade da economia; (6) funcionar como filtro de seleção para empregos altamente exigentes; (7) contribuir para a mobilidade social; (8) prestar serviços à comunidade; (9) funcionar como paradigma de políticas de igualdade; (10) preparar os líderes das gerações futuras (Caraça; 1996: 1201-1233).

A redução das assimetrias sociais com a preparação sólida dos líderes das gerações futuras é uma imposição. Como exemplo temos o estudo de Pedro Adão e Silva sobre a minoritária comunidade cigana em Portugal, em que os filhos em idade escolar frequentam a escola de maneira obrigatória, expandindo as hipóteses de realização pessoal e profissional da geração seguinte (Silva, 2015).

opções estratégicas constantes do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, sendo este, por sua vez, uma emanção da estratégia de desenvolvimento de longo prazo “Angola 2025” (Angola (2012), Relatório Conjunto sobre o Plano Nacional de Formação de Quadros).

Alguns estudos indicam que em Angola a educação é reconhecida como um vetor estratégico na luta contra a pobreza e o analfabetismo, na redução das desigualdades sociais e na consolidação de uma sociedade democrática e de direito (Tchiwila, 2015;).

2.3 Para a Democracia: um ponto desejado e a ser consolidado

Conforme consta na nossa Constituição, a República de Angola é um Estado democrático de direito que tem como fundamento a soberania popular, o primado da Constituição e da Lei, a separação de poderes e interdependências de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa⁴. Como diz José (2012: 18):

Durante o período de 1990 a 1992, Angola – à semelhança de muitos regimes de inspiração marxista-leninista – iniciou o processo de transição para a democracia multipartidária, transição essa que, para o caso angolano, foi ao mesmo tempo económica, política e militar. Tal processo iniciou-se com o abandono oficial da ideologia marxista-leninista pelo MPLA, tendo sido adotado um novo texto constitucional em que se consagrava o Estado de direito, democracia multipartidária e a economia de mercado (este processo começou com o III Congresso do MPLA, realizado em 1990, acompanhado de fortes negociações políticas e diplomáticas entre o MPLA e a UNITA que se consubstanciaram nos Acordos de Bicesse de 1991 (Hodges, 2003; Imbamba, 2003; Santos, 2009).

Foi com base neste clima de transição e reformas que foram convocadas as primeiras eleições multipartidárias legislativas e presidenciais em Angola, ocorridas nos dias 29 e 30 de Setembro de 1992 (José, 2012; Eurico, 2008). A base de tais realizações são as lições internacionais retiradas de eleições em situações de pós-conflito, onde se demonstra que a qualidade da democracia melhora quando existe competição e pluralismo na esfera política (Simões, 2008). Tal competição e pluralismo revertem no desiderato de uma democracia plena, de uma democracia do e para o povo, pois, como escreve Eurico, “a democracia é um sistema que não se presta a dúvidas quanto ao titular do poder: o povo; a tentação de perpetuarmos o alheamento e a exclusão do povo das grandes questões nacionais deve terminar” (Eurico, 2008: 226).

O regime político angolano é literalmente, um regime constitucionalmente democrático de direito e multipartidário (CRA, 2010, artigo 2.º). Todavia, trata-se de um regime político em transição para a democracia com avanços e recuos (José, 2012). Para fazer face a existência

⁴Constituição da República de Angola – 2010. Artigo 2º : 9.

de tais recuos, uma série de estudos têm sido levados a cabo, demonstrando o caminho que ainda temos a trilhar. Prova disso é a abordagem de Reginaldo Silva na sua apreciação sobre a relação entre os órgãos de comunicação social e o Estado angolano. Segundo este autor, o governo, para além de continuar a ser o proprietário direto e exclusivo dos únicos órgãos de comunicação social com abrangência nacional (Rádio Nacional de Angola, Televisão Pública de Angola e Jornal de Angola), continua a levantar obstáculos às intenções de órgãos de comunicação privados poderem alcançar uma dimensão nacional, tal como é o caso da Rádio Eclésia que em vão procura obter autorização para emitir a nível nacional (Silva, 2008:201). No âmbito das liberdades compreendidas no sentido geral, avança o autor dizendo que “ao longo dos últimos 16 anos esta liberdade, não obstante no plano jurídico-formal a maior parte das disposições constantes da Lei estar já em conformidade com os padrões internacionais, mantém-se ‘refém’ de uma silenciosa, mas vigilante tutela do atual poder político” (Silva, 2008:197).

Contudo, depois das eleições de 1992 o processo tende a tomar um rumo de maior abertura. Um novo quadro legislativo é aprovado, consagrando os direitos, liberdades e garantias de um regime que se pretendia democrático e multipartidário. Entre estes direitos estava a liberdade de informação e de expressão, a par da liberdade de associação e a aceitação da iniciativa privada (N’Ganga, 2008: 217).

Como conclui Pacheco, é nesse quadro que se situa a ação da ADRA (Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente). A ADRA desenvolve projetos em áreas cujo denominador comum é exatamente a construção de uma cidadania que comporte uma participação plena dos cidadãos na solução dos seus problemas e na solução dos problemas da Nação, assim como no processo de construção da democracia, e na influência sobre as práticas governativas e sobre as políticas públicas (Pacheco, 2008: 216).

A democracia é um sistema em que todas as pessoas maduras participam na formação dos valores que regem a vida dos homens (Baloi, 2009). No exercício da democracia exige-se que os que são chamados a decidir sejam colocados perante alternativas reais de escolha. Para tal, o cidadão deve ter salvaguardado um conjunto de liberdades “– liberdade de opinião, de expressão da opinião, de reunião, de associação, etc. –, direitos na base dos quais nasceu o Estado liberal e se edificou a doutrina do Estado de Direito no sentido forte” (Bobbio, 1988: 25). Como disse numa das suas entrevistas Zygmunt Bauman, justiça sem liberdade é escravidão e liberdade sem justiça é um caos.

Todo o esforço de tornar plena uma vivência democrática é um esforço de legitimar o poder do povo, criando melhoria da condição política e social do cidadão, evitando uma sociedade, como escreve Tocqueville, onde o dirigente constitui à sua volta, uma pequena sociedade, para seu uso, e deixa voluntariamente de se interessar pela grande sociedade propriamente dita (Tocqueville: 209). Pluralismo significa a inclusão do cidadão nas decisões do país, inclusão tanto no processo de aceitação como de rejeição de uma determinada decisão. A participação política torna-se imprescindível em exercícios democráticos, e nunca é possível desejar uma outra moralidade que não aquela exigida pelas condições sociais de uma dada época (Durkheim citado em, Turner, 2002). Marx disse que as revoluções são as locomotivas da história., e as revoluções ensinam depressa (Lénine, 1975:95).

Conforme prevê a Constituição da República no seu Artigo 2º, Angola rege-se pela separação de poderes, e pelo pluralismo de expressão e de organização política. Os exercícios democráticos que respeitam estes pressupostos da constituição angolana são uma componente fiscalizadora de uma democracia consolidada desejada. É um dado sobejamente conhecido no exercício democrático, pois, como escreve Tocqueville, “na América, a liberdade de associações com fins políticos é ilimitada” (Tocqueville pg. 40), e a evolução das sociedades implica uma crescente participação dos cidadãos na vida política (Boudon, 1984). Uma aplicação política da afirmação de Nietzsche (1844-1900), «Deus está morto», permite compreender uma governação política democrática com indicadores de que o poder pertence ao povo e não a um número reduzido dos representantes deste povo. Os indivíduos têm cada vez mais a consciência de que devem agora aceitar a responsabilidade pelos seus próprios valores morais e escolhas (Turner, 2002:39-40). É necessário que a vivência democrática efetive o paralelismo com a liberdade; tal como refere Bobbio, é pouco provável que um estado não liberal possa garantir um correto funcionamento da democracia, e, por outro lado, é pouco provável que um Estado não democrático possa garantir as liberdades fundamentais (Bobbio, 1988: 26).

Vivemos um tempo de renascimento democrático, em que sociedades durante dezenas de anos submetidas ao domínio de partidos únicos, pretensamente detentores do sentido da história e interpretes inquestionáveis do bem comum, enfrentam agora os desafios e os sobressaltos da construção democrática (Marques, 1991:11). Para Durkheim, a democracia é vista como estando em harmonia com a solidariedade orgânica, no sentido em que «permite aos cidadãos aceitar as leis do seu país com maior discernimento e com menor passividade» (Turner, 2002:32-33).

As atuações de associações civis em Angola devem-se em parte ao descontentamento social de casos que acontecem com certa clareza e traduzem, como disse Silva (2008), algum excesso de zelo. É o caso ocorrido em 2015, de 28 de Maio a 6 de Junho, quando 600 famílias viram as suas casas ser demolidas e foram desalojadas à força, na zona de Areia Branca nos arredores de Luanda. Acredita-se que teriam sido desalojadas da área em causa para dar lugar à construção de um hotel.⁵ Conforme Dahl (2000: 17), um impulso para a participação democrática desenvolveu-se a partir daquilo a que poderíamos chamar a lógica da igualdade, daí a necessidade de uma participação política efetiva onde o cidadão manifesta o seu ponto de vista e a sua preferência na escolha dos gestores da *res publica*. A participação política da sociedade civil é vista por Marx como a principal causa da mudança social, o sentido profundo das revoluções sociais e o elemento principal na transição de um tipo de sociedade para outro (Turner, 2002:26). Tais atitudes traduzem a vontade e necessidade de mudança do curso geral da história (Boudon, 1984).

Dahl diz-nos por que deveríamos acreditar que a democracia é melhor maneira de governar o Estado do que qualquer outra alternativa não democrática. Segundo Dahl, a democracia produz consequências desejáveis:

A democracia ajuda a impedir o governo de autocratas cruéis e viciosos; a democracia garante aos seus cidadãos um conjunto de direitos fundamentais que os sistemas não democráticos não garantem, nem podem garantir; a democracia assegura aos seus cidadãos um espaço mais amplo de liberdade pessoal do que qualquer alternativa; a democracia ajuda os povos a protegerem os seus direitos fundamentais; só um governo democrático pode oferecer uma oportunidade máxima para os indivíduos exercerem a atividade de autodeterminação – isto é, viver segundo leis da sua própria escolha; só um governo democrático pode oferecer uma oportunidade máxima para o exercício da responsabilidade moral; a democracia encoraja o desenvolvimento humano mais completamente do que qualquer alternativa; só um governo democrático pode encorajar um grau de igualdade política relativamente alto; as democracias representativas modernas não fazem guerras umas as outras; os países com governos democráticos tendem a ser mais ricos do que os países com governos não democráticos. Vê-se, com estes pontos, as vantagens de uma vivência democrática (Dahl, 2000: 72-73).

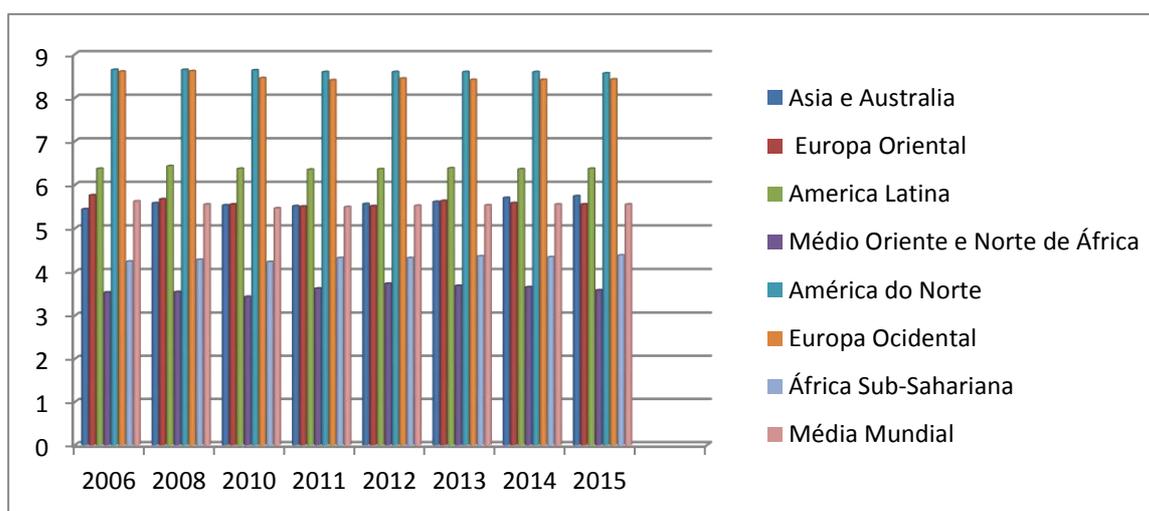
⁵Disponível em www.amnistia-internacional.pt Acessado aos 22 de Dezembro de 2015.

2.4 Dados de índices internacionais sobre Democracia e Progresso Social em Angola

Neste ponto faremos uma abordagem dos índices de democracia e progresso social tendo em conta o conjunto dos elementos que descrevem a situação atual e o nível de evolução destes elementos na realidade angolana em perspetiva comparada. Começaremos por analisar a diferença por regiões mundiais em termos de democracia para entender algumas particularidades do posicionamento das regiões africanas; segue-se a análise comparativa de alguns países partindo de Angola como o centro de reflexão. Para analisar o progresso social teremos um primeiro quadro que espelha a posição dos países e, para concluir, teremos o quadro dos diversos elementos que justificam a classificação de Angola no nível em que se encontra.

Analisa-se a evolução da democracia e progresso social como elementos fundamentais do processo diacrónico que resulta na construção de um *Estado forte* (para usar a expressão de Fukuyama).

Gráfico nº1 – Índice de Democracia por Regiões 2006-2015



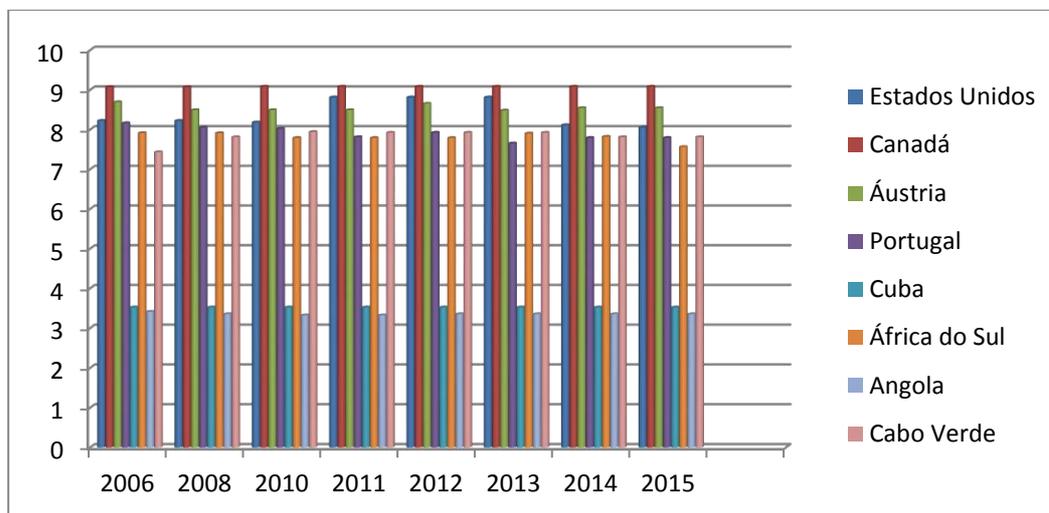
Fonte: Elaboração pessoal baseada em DemocracyIndex 2015.

Neste gráfico, verificamos para além das regiões africanas aquelas que permitem comparações no sentido de tornar analisável as causas das diferentes situações. Os anos de 2006 à 2015 são indicadores do percurso mais atual dos países, compreendendo a época que proporciona vários mecanismos de obtenção de informações instantâneas acerca do mundo.

Na classificação ao longo dos anos de 2006 a 2015 vemos a América do Norte e a Europa Ocidental com os valores mais elevados, atingindo pontuações acima de dos 8,60 em 2008,

sendo que, o Norte de África regista sempre os valores mais baixos e uma classificação máxima de 3,73 para o ano de 2012, e a África Subsaariana apresenta números mais elevados chegando aos 4,38 no ano de 2015. A África como um todo assume valores invariavelmente abaixo da média mundial e não se observam alterações de fundo entre 2006 e 2015.

Gráficoº2– Índice de Democracia por Países 2006-2015



Fonte: Elaboração Pessoal baseada em Democracy Index 2015.

No período percorrido entre 2006 à 2015 Angola encontrava-se já num período pós-conflito e com claros índices de possibilidades de melhoria das condições políticas e sociais da vivência dos cidadãos. A inclusão destes países justifica-se porque por um lado encontramos aqueles que ocupam o topo da hierarquia no que respeita à vivência democrática e por outro, países que embora sejam africanos demonstram um avanço equiparável aos países ocidentais, pontos que garantem a não generalização na caracterização. Portugal aparece por ser o meio geográfico que marca uma experiência de vida diferente por parte dos estudantes entrevistados e a Cuba é o indicador que oferece a explicação de uma pergunta presente no guião sobre a vivência democrática.

O índice de democracia por países descreve a posição de cada país. Conforme já dissemos, selecionamos os países com um índice mais elevados de democracia entre 2006 e 2015 e a realidade portuguesa foi tida em conta dado que é o palco do exercício académico dos estudantes entrevistados, servindo ainda como referencial para a realidade angolana.

A maior estatística é de 9,8 para o caso de Canadá, o país mais bem posicionado. Angola aparece com uma pontuação máxima de 3,41 no ano de 2006, observando-se a partir de 2012 uma subida para 3,35 a seguir a uma queda registada nos anos de 2010 e 2011 atingindo 3,32. Regista-se que Cuba, um país de regime socialista, regista uma classificação invariável de

3,52, uma pontuação que Angola nunca registou ao longo destes anos. África do Sul e Cabo Verde são os casos de países africanos que permitem afirmar que não é generalizada a sua baixa valorização no índice de democracia (7,82 e 7,81 respetivamente), sendo que em alguns anos, como é o caso de 2014, estiveram acima de países bem classificados a nível europeu como é o caso de Portugal (com uma pontuação de 7,79).

Quadro nº1 – Índice de Democracia, 2015

Países	Classif cação	Pontuaç ão geral	Processo eleit ral e pluralism	Funcionament do Governo	Participação política	Cultura política	Liberdades civis
Noruega	1	9,93	10,00	9,64	10,00	10,00	10,00
Islândia	2	9,58	10,00	9,29	8,89	10,00	9,71
Suécia	3	9,45	9,58	9,64	8,33	10,00	9,71
Portugal	33	7,79	9,58	6,43	6,67	6,88	9,41
Cuba	129	3,52	1,75	4,64	3,89	4,38	2,94
África do Sul	37	7,56	8,33	8,21	8,33	5,00	7,94
Angola	131	3,35	0,92	3,21	5,00	4,38	3,24
Chade	165	1,50	0,00	0,00	1,11	3,75	2,65
Coreia do Norte	167	1,08	0,00	2,50	1,67	1,25	0,00

Fonte: Elaboração Pessoal baseada em Democracy Index 2015.

Os dados mais próximos da realidade já estudada e conhecida pelos estudantes aparecem nos estudos realizados em 2015, pelo que, os países que aparecem no topo representam os que melhor exercitam a democracia ao nível do mundo, Portugal justifica-se ainda por ser o palco da experiência dos estudantes e a Cuba é o elemento que justifica a pergunta colocada sobre as causas que levam Angola a viver uma democracia com indicadores abaixo do que se regista num país socialista. A África do Sul é o exemplo de países africanos em ascensão e o Chade, o país africano que demonstra que Angola não representa o único e mais baixo dos países africanos em termos de vivência da democracia. A Coreia do Norte é a componente explicativa de que África não compõe o único continente com países que não garantam uma plena paz social aos cidadãos.

O quadro 1 apresenta dados do Índice de Democracia de diversos países a nível mundial incluindo a sua posição no *ranking* (classificação) e alguns indicadores de democracia. Quanto à classificação, a Noruega aparece em primeiro lugar. Por sua vez, Angola localiza-se no lugar nº 131, dois lugares abaixo de Cuba (129), um país declarado socialista. A África do Sul é o país Africano mais bem posicionado no *ranking* (lugar 37) muito acima de Angola. Contudo, Angola não é o país com a classificação mais baixa de África; o Chade, por

exemplo, aparece no lugar 165. Quanto à pontuação geral, a Noruega aparece com 9,93, Portugal com 7,79, Cuba com 3,35, África do Sul com 7,52 e Angola com a pontuação de 3,35. Ao nível do Processo Eleitoral a Noruega apresenta uma democracia plena com uma pontuação a atingir o teto máximo de 10. Interessa sublinhar que Portugal está numa posição sustentável com 9,85 a par da Suécia. Um dado interessante é que a África do Sul (com 8,33) aparece com uma classificação destacada. Cuba continua a justificar a sua posição acima de Angola na classificação geral, sendo que neste particular sustenta um valor de 1,75 e Angola aparece com 0,92. O Funcionamento do Governo traz dois dados importantes. Um é que, neste particular, a África do Sul (com 8,21) aparece com uma classificação acima de Portugal (com 6,43), fato que nos permite constatar que não é uma vocação dos países africanos colocarem-se nos lugares sempre abaixo na classificação em termos de democracia. O outro dado é do fato de Cuba continuar a sobrepor-se à Angola neste elemento de medição da democracia. No quadro da Participação Política a África do Sul sustenta ainda um valor acima de Portugal e, pela primeira vez, Angola (com 5,00) aparece acima de Cuba que apresenta uma classificação de 3,89. No que respeita a Cultura Política, a Noruega a par de outros nórdicos em análise sustentam o teto máximo da classificação com 10,00, a África do Sul volta a estar abaixo de Portugal e Angola mantém-se a par da classificação de Cuba com 4,38. No quadro da Liberdades Civis voltamos a ver a classificação de Angola em sobreposição a Cuba (3,24 e 2,94 respetivamente) e a África do Sul volta a manter-se abaixo de Portugal, um país europeu que apresenta, de alguma forma, um bom quadro no que respeita a vivência democrática neste continente.

Quadro nº2 – Índice de Progresso Social/ Resultado de 2016

P.S. Muito Alto	P.S. Alto	P.S. Médio-Alto
1- Finlândia – 90,9	13- Áustria – 86,60	39- E.A. Unidos – 73,69
2- Canadá – 89,49	14- Japão – 86,54	40- Maurício – 73,24
3- Dinamarca – 89,39	21- Portugal – 83,88	41- Panamá – 73,02
P.S. Médio-Baixo	P.S. Baixo	P.S. Muito Baixo
63- Ucrânia – 66,43	96- Senegal – 55,64	130- Angola – 39,70
64- El Salvador – 66,36	97- Camboja – 54,28	131- Chade – 36,38
65- Arábia Saudita – 66,30	98- Índia – 53,92	133- R.C. Africana – 30,03

Fonte: Elaboração Pessoal baseado em Índice de Progresso Social 2016.

Temos presente os níveis de Progresso Social para os países no ano de 2016. Os países analisados localizam-se no topo de cada nível, pelo que, Portugal volta a aparecer por questões academicamente estratégicas. No nível de Progresso muito baixo, Angola aparece

por ser o país em estudo, sendo que o Chade e a R.C.A dizem que existem países em África com um índice de progresso social inferior a Angola.

No quadro 2 apresentam-se os resultados do Índice de Progresso Social para o ano de 2016 a nível mundial. Os lugares de nível Muito Alto em termos de Progresso Social são ocupados por países como Finlândia (90,9), Canadá (89,49) e Dinamarca (89,39). Portugal, um país a ter em conta por ser o ponto de referência dos estudantes entrevistados, coloca-se perto dos países com um nível alto em termos de Progresso Social, verificando uma pontuação de 83,88. Entre os países com um Índice de Progresso Social Muito Baixo para o ano de 2016 está Angola, com um valor de 39,70, sendo que entre os países Africanos sobrepõe-se apenas ao Chade (com 36,38) e à República Centro Africana (com uma classificação de 30,03).

Quadro nº3 – Angola, Social Progress Index 2016/Pontos: 0-100

Necessidades humanas básicas	Classificação	Pontuação Calculada
1. Nutrição e Cuidado Mundial Básico	127 ^o	62,41
2. Água e Saneamento	124 ^o	27,69
3. Abrigo	127 ^o	31,12
4. Segurança Pessoal	115 ^o	53,73
Fundação do Bemestar	Classificação	Pontuação Calculada
1. Acesso ao Ensino Básico	122 ^o	52,19
2. Acesso a informação e Comunicação	119 ^o	52,23
3. Saúde e Bemestar	116 ^o	51,58
4. Qualidade Ambiental	122 ^o	42,91
Oportunidade	Classificação	Pontuação Calculada
1. Direitos Pessoais	116 ^o	21,36
2. Liberdade de Escolha	132 ^o	23,77
3. Tolerância e Inclusão	89 ^o	43,13
4. Acesso ao Ensino Superior	114 ^o	14,32

Fonte: Elaboração pessoal com base no 2016 *Social Progress Index*.

Um balanço do que já foi feito em Angola no que diz respeito ao progresso social é mais recentemente apresentado em 2016 pelo I.P.S.

No quadro 3 analisa-se a posição de Angola no tocante a vários aspetos de Progresso Social, onde se destaca o facto de Angola encontrar-se pela única vez entre os cem primeiros países no que respeita a tolerância e inclusão (é o 89^o), sendo que nos outros pontos aparece sempre abaixo dessa posição no *ranking*. Um dado particular a ter em conta é a classificação de Angola quanto ao acesso ao ensino de base (122^o) e de nível superior (114^o), pontos determinantes para a consolidação de uma verdadeira democracia compreendida a partir da possibilidade e capacidade do cidadão participar com autonomia deste processo. Também

aqui Angola não consegue se posicionar entre os primeiros cem países. Quanto à Liberdade de Escolha, Angola apresenta a sua pior classificação entre os pontos analisados, encontrando-se no lugar 132°.

CAPÍTULO III – Análise e interpretação dos resultados das entrevistas

3.1 Caracterização do painel

A entrevista foi feita a 12 estudantes angolanos a residir em Portugal, divididos entre aqueles que militam e os que não militam no partido no poder; sublinha-se um número de apenas 3 mulheres, devido à pouca disponibilidade das mesmas em falarem sobre o assunto. Os entrevistados na sua maioria compreendem os principais grupos étnicos existentes em Angola que estão ligados aos partidos políticos que participaram no processo que conduziu à independência nacional.

Houve mais dificuldades em conseguir entrevistados pertencentes ao partido no poder do que do outro lado. Um dos que negou a colaboração alegou já conhecermos a real situação do país e por isso seria comprometedor abordar a questão nas vestes de militante. Entre os disponíveis, notou-se uma espécie de despacho nas respostas e bastante hesitação em militantes ativos do MPLA. Houve entrevistados pertencentes ao partido no poder que se manifestaram totalmente hostis a determinadas práticas de governação do seu partido; houve um entrevistado que alegou ser militante do MPLA por obrigação, para garantir um leque de oportunidades na vida.

Há uma clara tendência de todos os que se consideram neutros em termos partidários para olharem para a coligação CASA-CE como uma aposta de governação. A verdade é que, mesmo alguns filiados no MPLA, olham para a mesma coligação como tendo muita energia política e sendo muito influente.

As hesitações, não-respostas e desconfianças sobretudo, em sua maioria foram registadas nos partidários do MPLA.

3.2 Caracterização sociocultural e cultura política dos estudantes

3.2.1 Posições sociais

Cabe-nos começar por descrever as posições sociais dos estudantes entrevistados.

Os doze estudantes entrevistados estão divididos entre três do sexo feminino e nove que compreendem o sexo masculino (Cf. anexo B). O grupo no seu todo apresentou-se com as idades que se compreendem entre 26 a 35 anos de idade, com os mesmos a frequentarem os mais variados curso do mestrado em Portugal, sendo que contamos com o contributo de uma estudante de licenciatura e um de doutoramento. Ressaltam-se os cursos de Políticas Públicas, Ciência Política, Economia Monetária e Financeira, Linguística Português, Medicina,

Geografia, Física, entre outros. Os estudantes mais virados para as áreas sociais mostraram-se na generalidade mais interessados com as questões políticas. Quanto aos níveis académicos dos pais, apresentaram-se na generalidade divididos entre o Ensino Médio (Secundário) e pais com o ensino Superior. Os pais dos entrevistados apresentaram-se diferentes quanto a ocupação profissional de cada um, pelo que a maioria apresentou-se como funcionário do aparelho do Estado ou reformados da mesma fonte empregadora. Contamos, para além destes, com casos de pais que trabalham por conta própria. Os estudantes entrevistados são na maioria também funcionários do Estado angolano com a profissão de professor em maioria quase absoluta. A origem dos estudantes abrangem várias regiões do país, e do ponto de vista étnico variam conforme a origem dos principais partidos que estiveram na base da conquista da independência. Estamos a falar de origens Ovimbundos, Ambundos e Bacongos. Sublinha-se que estas são as linhagens angolanas que se identificam com a origem Bantu.

3.2.2 Orientações sociais

Casanova (2007) entende as orientações sociais como o conjunto de orientações associadas às condições sociais ao longo da vida e distingue duas dimensões: a orientação relativa à desigualdade e a orientação da ação.

As orientações relativas à desigualdade social definem-se a partir da escolha de uma entre as duas afirmações seguintes: “É certo que as pessoas são diferentes umas das outras, mas é sempre possível diminuir as desigualdades sociais entre elas” ou “é certo que as pessoas são diferentes umas das outras, e as desigualdades sociais entre elas são inevitáveis”.

A princípio houve na generalidade uma concordância de que é possível diminuir as assimetrias a nível social, contudo houve algumas exceções. É o caso de um estudante de 29 anos de idade e que se declarou não militante do MPLA mas amigo e simpatizante do partido no poder, que respondeu: “as desigualdades não vão deixar de existir, mas elas não são boas quando se juntam às desigualdades de oportunidades”.

Note-se que conforme referimos, há uma tendência geral de afirmar a possibilidade de se diminuir as desigualdades sociais. Confirma-se com a posição de um militante do partido no poder e outro não militante. Para o primeiro caso o estudante de 30 anos afirma que, “as desigualdades existem mas há luta pela diminuição das assimetrias entre uma determinada classe e a imediatamente inferior, a tendência é reduzir os excessos e em Angola vê-se este

esforço por parte do executivo a partir de projetos públicos em localidades mais distantes e isto revela a vontade do governo”.⁶

No segundo caso, veja-se: “as desigualdades são naturais mas podemos cada vez mais diminuir essas desigualdades se apostarmos cada vez mais na formação para se construir a consciência da realidade social, de acordo com a nossa sociedade. Falta também a abertura por parte dos nossos políticos, têm pouca vontade de contribuir nesse sentido”.⁷

Usando a expressão de Casanova (2007), este ponto do nosso guião de entrevistas visou analisar as orientações de inconformidade e de conformidade relativamente à desigualdade social, ou igualitárias e não igualitárias.

Para registar a orientação da ação, foram colocadas outras duas afirmações: “A nossa posição na sociedade depende sobretudo de termos objetivos na vida e de nos esforçarmos por os atingir” ou “Por mais que façamos, a nossa posição na sociedade depende sobretudo de coisas que não podemos controlar”. As respostas obedeceram a diferença dos dois grupos entrevistados e na generalidade os entrevistados tenderam a considerar os dois pontos da pergunta como fazendo parte da resposta, pelo que, houve considerações de se tratar de um país muito partidarizado e que tudo dependia da filiação ao partido no poder, assim, as respostas variaram de acordo a pertença ou não ao partido no poder. Nisto, um estudante pertencente ao partido no poder respondeu: “Os dois pontos são relevantes. Nalguns casos as pessoas esforçam-se e conseguem o que almejavam, e outros casos de pessoas sem mérito nenhum que acabam ocupando cargos que não merecem, mas também há uma 3ª via, o caso em que as pessoas estudam, conseguem formar a sua empresa, fazem tudo para conseguir mas depois tem que depender de um padrinho na cozinha, uma cunha do partido no poder, típicos das democracias confusas”.⁸

Uma outra resposta que permite estabelecer uma clara oposição entre os estudantes pertencentes e não pertencentes ao partido no poder vem de um entrevistado, partidário que diz que “o que faz parte da cura é o desejo de ser curado. Para além de existir um elemento que crie condições de superação, tem de haver muito esforço da nossa parte”.

⁶ Nota-se neste e noutros casos de entrevistados pertencentes ao partido no poder uma segunda resposta atinente a uma perspetiva de solução do problema existente por parte do Executivo.

⁷ Diferente do primeiro caso em que há uma maior confiança na resolução do problema, o caso de alguns estudantes apartidários é de proposta de solução.

⁸ Cabe realçar o facto de mesmo sendo militantes do partido no poder, alguns estudantes expressaram-se com insatisfação sobre determinadas situações no país.

Para estabelecer comparabilidade face a esta resposta contamos com a opinião de uma estudante não militante do MPLA de 26 anos de idade onde ela diz que a resposta é “sim e não. Os sonhos que tive antes não previam a minha situação atual, o percurso académico acabou influenciando mas as condições sociais e económicas do país foram determinantes. O nosso país vive um sério problema de tráfico de influências, se não tiveres o cartão partidário não tens oportunidade, não ascendes”.

Uma prévia análise que se faz a respeito das respostas vindas das duas alas é que embora haja estudantes pertencentes ao partido com ideias abertas, registam-se casos de diferenças das respostas entre alguns partidários e não partidários, veja-se: para o primeiro caso enfatiza-se “o que faz parte da cura é o desejo de ser curado”, no segundo caso “o nosso país vive um sério problema de tráfico de influências, se não tiveres o cartão partidário não tens oportunidade, não ascendes”.

3.2.3 Interesse pela política

Aqui a resposta global foi de interesse pelo que acontece na vida política a nível de Angola e noutras paragens do mundo de forma geral. Para além da análise entre os estudantes militantes do partido e não militantes notabilizaram-se diferenças nas respostas determinadas pela diferença dos cursos frequentados, e pelo género. Num entrevistado, pertencente ao partido no poder e que frequenta o curso de Linguística Português, que exige bastante proximidade com as leituras, observou-se um total interesse por questões ligadas à política nacional e internacional. À pergunta “qual é o seu nível de interesse pelas políticas locais, nacionais (de Angola) ou internacionais”, respondeu: “Estou muito interessado tanto pela política nacional quanto internacional, faço política passiva.” De seguida temos a confirmação do que já foi dito sobre a posição feminina; embora esteja a frequentar o mestrado em Comunicação Social, respondeu dizendo que prioriza outras questões: “Agora fraca, ando mais preocupada com questões pessoais. Tenho outras prioridades”. Para o caso do estudante não militante tivemos o seguinte parecer: “Em Angola faço um acompanhamento à distância, não me envolvo diretamente. Não acompanho muito o quadro político internacional”.

3.2.4 Confiança nas instituições

Os resultados obtidos no que respeita ao nível de confiança nas instituições nacionais demonstraram uma clara contraposição entre as perspetivas dos militantes do partido no poder e os não militantes. É, ainda, necessário ter em conta que entre os militantes do MPLA existem aqueles mais críticos ao próprio partido, Nota-se que a tendência global às respostas é

de não confiança às instituições públicas em Angola, embora a pertença ou não ao partido no poder é bastante revelador de distinção.

Para o caso do estudante do doutoramento, e militante do MPLA, não restam resquícios de dúvidas sobre a confiança nas instituições a nível de Angola: “o meu nível de confiança é bastante alto, embora haja limites e falhas como em qualquer outro país, assim, o meu nível é bastante alto. Não me ocorre agora nenhum elemento menos bom a traçar no caso das instituições em Angola”. Estas entrevistas demonstraram que nem sempre a pergunta tem a mesma apreciação; confirma-se com a resposta de um estudante não militante do MPLA: “O nível de confiança nas nossas instituições é muito baixo mesmo”. Mesmo para alguns estudantes pertencentes ao partido no poder não se fala de confiança nas instituições nacionais; é o caso do estudante ao qual foi perguntado sobre o nível de confiança nas instituições, respondeu: “negativo. Principalmente nos Ministérios da Justiça, Ministério do Interior, Defesa, Educação, Ensino Superior. Esses são os órgãos mais deploráveis, os mais comprometidos com a corrupção em Angola, que mais colaboram com as práticas partidárias do MPLA. Todos os altos dirigentes são nomeados pelo Presidente da República, Juizes e altos funcionários da magistratura angolana, ficando reféns do Presidente da República”.

3.2.5 Participação cívica e política

Quanto à questão do nível de participação política procuramos obter respostas sobre a participação dos estudantes nas eleições (a questão do voto), perguntamos se têm sido a favor ou contra o partido no poder, e por último, procuramos entender se existe um partido com habilidades políticas que motivem a identificação com os entrevistados. As respostas obedeceram ao antagonismo entre os militantes do MPLA e não militantes, com exceção da questão da afluência às urnas.⁹

Percebemos que na generalidade os entrevistados tendem a ir às urnas para votar num partido determinado. Há uma diferença entre os partidários do MPLA e os não partidários no que respeita ao favoritismo ou não às políticas de governação do MPLA. Quanto a existência de um outro partido a quem pudessem confiar, a tendência geral foi de citar a coligação CASA-CE; nota-se que para alguns partidários do MPLA esta coligação não foi citada.

Um militante do MPLA afirmou ter votado duas vezes, das quais uma num determinado partido e a outra sem direção partidária: “Votei em 2008 e 2012. A primeira votei num partido

⁹ É de salientar que neste particular voltamos a registar a posição severamente crítica dos estudantes pertencentes ao partido no poder mas que não se revêm totalmente no mesmo partido.

mas a segunda não”. Perguntamos se tem sido a favor ou contra o partido no poder, e a resposta foi: “Eu sou um militante por obrigação, fui para o partido para conseguir emprego, considero-me um militante apartidário”. Quando perguntamos sobre a existência de um partido no qual se revê: “atualmente o partido que me parece mais coerente com a realidade angolana é a CASA-CE. Ainda assim tenho medo das próximas eleições em que se o partido no poder perde não terá atitude de *“fair play”*. O ideal seria que se eliminasse esse desequilíbrio na Assembleia nacional. O MPLA está mais preocupado com o partido do que com o país”.¹⁰

Um segundo entrevistado pertencente ao partido no poder respondeu dizendo que “o meu voto é direcionado, mas não faço parte de organizações cívicas”. Quando a pergunta foi para saber se é a favor ou contra as políticas do partido no poder, ouvimos a opinião de que “sim tenho que estar de acordo, não apenas eu, mas acredito que todos os angolanos têm estado de acordo com tais políticas traçadas pelo partido MPLA”.¹¹ De seguida procuramos saber se havia um outro partido no qual via uma identificação e a resposta foi de que “no que se refere a este ponto eu acho que não, nenhum mostrou um nível de maturidade que resolva o problema do país como tem demonstrado o MPLA”.

Quando a pergunta sobre a direção do voto foi feita a uma estudante não militante do MPLA respondeu dizendo, “o meu voto teve sempre uma direção partidária”. De seguida a questão foi dirigida para saber se tem sido a favor ou contra o partido no poder e a mesma destacou-se dizendo: “não me revejo muito na nossa governação. Por exemplo cá em Portugal vejo constantes discussões de políticos na Assembleia e eles prestam contas dos serviços públicos, já em Angola nem sequer há liberdade de expressão, os órgãos não comunicam as coisas da política como deve ser. Os políticos não trabalham para a população, enriquecem-se a si próprios, quem quer ter sucesso deve bajular o partido, enfim. Por exemplo, com relação às próximas eleições eu já sei que o MPLA vai ganhar porque eles mentem a população na véspera das eleições”.

Por último procuramos saber se existe um outro partido no qual se revê, e a resposta foi: “Por mim a CASA-CE é uma grande aposta, tenho verificado um desempenho diferente do presidente Abel Chivukuvuku, está mais com a população”.

¹⁰ Nota-se a referência à coligação eleitoral CASA-CE, como uma grande força política, tanto nos militantes do MPLA quanto nos apartidários.

¹¹ É de salientar a generalização na resposta ao afirmar que todos os angolanos têm estado de acordo com as políticas traçadas pelo MPLA

3.3 Representações e valores relativos à vida política e universitária em Angola dos estudantes.

3.3.1 Democracia

Na generalidade, para a definição de democracia os estudantes não fugiram do que está sugerido no guião, embora, para a definição sobre o que devia ser a democracia os argumentos mais fundamentados variaram de acordo com a natureza dos cursos que frequentam (Cf. anexo B).

No quadro da pergunta sobre o que é a democracia, numa análise das três opções (igualdade política, ideia de representatividade, participação política) que constam no guião, os estudantes entrevistados diversificaram as respostas. Contudo, verifica-se também que para a democracia angolana aspira-se a comunhão de tais pontos. Veja-se a título de exemplo a posição de um estudante militante do MPLA. “Por mim seria a representação, mas para que haja mais representação é necessário maior participação, estes andam interligados”. Confirma-se a posição apresentada com os dizeres de um estudante militante do MPLA: “a primeira e a terceira, a igualdade política é muito importante. Tem havido muita intolerância política em Angola, os militantes do MPLA não aceitam a diferença política. Quanto ao 3º ponto, deve haver em Angola mais referendos, a população deve participar e tomar muitas medidas que não passam unicamente pela Assembleia Nacional. O povo deve ser consultado e ouvido. Se não há igualdade, devia ao menos haver participação”.

De seguida perguntamos: o que deveria ser a democracia? Para esta pergunta obtivemos variadas respostas, dentre as quais o estudante do curso de Linguística Português é de opinião que, “em Angola a verdadeira democracia devia passar por uma materialização de maioria absoluta onde os partidos da oposição tivessem a possibilidade de coligarem quando o partido no poder aparece com uma vantagem inferior a 50%. O MPLA criou condições para se manter no poder até daqui a 30 anos. Os constitucionalistas forjaram a Constituição em favor do MPLA. Os juízes estão comprometidos com o PR porque são quase todos eles nomeados pelo Presidente”.¹²

A entrevistada do curso de Comunicação social que não milita em nenhum partido em Angola, afirmou que “de maneira resumida e clara, não passaria de igualdade de direitos de obrigações e de deveres”. É uma opinião continuada por um outro estudante, mestrando em Políticas Públicas; para ele a democracia deveria ser “um modelo de vida e forma de

¹² Confirma-se mais uma vez a posição de estudantes pertencentes ao partido no poder que, contudo, fazem uma apreciação crítica do sistema de governação.

governança deste modelo de vida, um modelo de vida baseado no conjunto de liberdades existentes. É preciso existir separação de poderes”.

Seguiu-se com a seguinte questão: qual a sua opinião sobre a importância da participação em democracia? Esta obteve uma resposta generalizada que considera bastante importante independentemente de ser partidário ou não. Regista-se a resposta de um estudante que não é militante do MPLA, “eu acho que a força motriz das grandes sociedades é a sociedade civil, aquela sociedade que está mais preocupada com o bem-estar comum, o bem-estar coletivo porque não se revê mais em nenhuma bandeira a não ser a bandeira nacional que é a bandeira de todos”. Uma estudante também não pertencente ao Partido no poder disse: “participar significa ter a possibilidade de dizer o que nós queremos aos nossos dirigentes, não aceitar determinados comportamentos políticos como o desalojamento das famílias que aconteceu um pouco por todo país, as pessoas deviam falar e manifestar o descontentamento. Infelizmente vivemos numa sociedade onde se pensa com base em padrões”.

Uma terceira resposta que interessa analisar no âmbito desta questão é a do estudante do doutoramento e militante do MPLA: “É importante porque é o próprio cidadão que decide o que vai acontecer na sua própria vida futura. O indivíduo é o próprio responsável da escolha dos dirigentes do país”. Enfatizou o estudante militante do partido no poder e mestrando em Ciência Política: “Em democracia a participação política tem que ser mais abrangente, democracia é abertura, por isso não deve limitar-se somente em eleições. Requer, para além desta, o ativismo e outras formas”.

De seguida perguntamos sobre o tipo de participação que os estudantes acham mais importantes (eleitoral, manifestações, integração em organizações, etc.). Neste particular as respostas foram bastante diversas e também não obedeceram tanto a pertença ou não à um partido, contudo, vale considerar esta componente. Vejamos o contributo de uma estudante não militante do Partido no poder: “penso que as três funcionam juntas. Temos de integrar em qualquer tipo de organização, seja política, social, económica, desportiva, etc. para darmos o nosso contributo no desenvolvimento do país ou para funcionarmos como grupo de pressão para mudanças que se pretendam. E as manifestações servem para mostrarmos o nosso descontentamento com determinadas decisões tomadas pelos governantes e é através dos processos eleitorais que temos a chance de muitas vezes mudar as políticas exercidas ou o grupo de governantes”.

A questão recebeu também um parecer do militante do partido no poder, “para melhor representar as lutas de classes existentes nas sociedades é preciso estar associado em grupos. A participação em associações é mais significativas”.

Ainda no que diz respeito ao quadro da democracia foi colocada a seguinte questão: “Num estudo feito em 2015 pelo “Democracy Index (The Economist)”, verificamos que a Noruega, o país com uma democracia plena, apresenta-nos um índice de 9,93 sendo que Angola mostra uma pontuação de 3,35 (regime autoritário), abaixo de Cuba, com 3,52, e que é um país declarado não democrático. Aceita esta classificação internacional ou acha que algumas particularidades angolanas dariam abertura a outros critérios que poderiam dar outros resultados?”. Para esta pergunta verifica-se diferença entre a pertença e não pertença ao partido que governa Angola, mas a generalidade foi de aceitação dos dados trazidos pelo centro de estudos. Uma primeira resposta vem de um estudante militante do MPLA: “se analisarmos a democracia como um conjunto de condições que o governo propicia para o bem-estar das populações como a saúde, educação, nível de vida etc, assim é bem provável que a Cuba esteja acima de Angola, porque já há estudos que mostram que o nível de felicidade em Cuba é superior apesar das questões diretamente políticas. Cuba tem qualidade e condições de saúde e educação tremendas. Cuba não tem a corrupção que há em Angola, não há meios para o cidadão corromper, se houver não é alarmante como em Angola”.

Contando com a necessária opinião de um estudante não militante do Partido no poder, que disse o seguinte: “olhe, do ponto de vista legal nós assumimo-nos como um Estado democrático e de direito mas na verdade nós não efetivamos isso, na verdade não exercemos esses direitos, Angola ainda é um Estado que reprime opiniões, não tolera a convivência de pessoas de partidos diferentes. Do ponto de vista democrático, Angola é um caso atípico, é democrático do ponto de vista legal, mas na prática não é, então não me surpreende que aparece abaixo de Cuba”.

Para podermos justificar a ideia de que houve divergência nas respostas em função da pertença ou não ao partido que governa Angola, contamos com o que um outro estudante militante do MPLA tem a dizer a este respeito: “desconheço a credibilidade e idoneidade desta fonte e por isso não tenho nada a dizer a respeito”.

A última pergunta no quadro da democracia consistiu em saber se existe um tipo de democracia “africana” que será distinta da democracia de tipo europeu. A análise decorreu também de opiniões entre os partidários do MPLA e os não partidários deste grupo político, mas a tendência geral é de considerar a existência de tais particularidades, embora não tenham especificado a base da diferenciação. Para um estudante militante do partido no poder e estudante do curso de Políticas Públicas “as democracias variam de acordo com os continentes. A democracia é um modo de vida, de ser e estar, daí que existe uma maneira

típica de África. A nossa democracia responde as exigências das nossas particularidades culturais”. Um estudante do mestrado e politicamente não militante do MPLA disse: “eu acho que a África não recebeu com bons olhos a democracia, temos muitas debilidades. Só não sei se isso se deve ao facto de os líderes que participaram das independências ainda estarem ali mas nós não queremos avançar para passos seguintes, embora alguns países já aparecem melhor”.

O estudo sobre a existência de uma democracia africana diferente da ocidental mereceu uma atenção de Maria da Cruz (1995) que partiu de uma investigação da realidade histórica senegalesa. A autora sublinhou que “após a concessão da independência, L. S. Senghor assumiu a presidência da República do Senegal, optando por um regime constitucional de tipo europeu e por um modelo constitucional baseado na Constituição francesa de 1958” (Cruz, 1995:50). Contudo, diz Maria da Cruz citando Senghor:

Aprendemos que a sociedade negro-africana é uma sociedade coletivista, mais exatamente comunitária, porque é formada mais por uma comunhão de almas do que por uma agregação de indivíduos. Aprendemos que nós já tínhamos praticado o socialismo antes da presença europeia. Concluiremos que temos vocação para o renovar, restituindo-lhe as suas dimensões espirituais (...) (Cruz, 1995:56).

Será que esta posição permite pensar numa democracia típica africana com base na análise da existência de vários grupos étnicos dentro de um mesmo país africano?

3.3.2 Progresso Social

O estudo sobre o progresso social remete-nos para a compreensão do que se quer atingir, seguindo a diferenciação de Baptista (2010) entre os conceitos de *isocracia* e *isegoria*. Por *isocracia* entende-se a igualdade de recursos políticos dos cidadãos ao longo de todo o processo decisional. Acrescenta-se que a *isocracia* é o ideal da tendencial eliminação dos obstáculos à igual participação política e não o da efetiva igual participação. A *isegoria* é compreendida como a igualdade de palavra dos cidadãos, isto é, a *isocracia* requer a realização do conjunto de liberdades, mormente da liberdade de expressão. No âmbito do progresso social tivemos, e no que diz respeito às respostas maioritárias, estas tendem mais para o negativo no que respeita ao conjunto das liberdades. Uma primeira opinião a ser tida em conta vem de um estudante militante do partido no poder, que acha que os angolanos têm, em termos de liberdades e direitos, os seguintes indicadores: “liberdade de consciência: Baixo; liberdade religiosa: Alto; liberdade de expressão: Baixo; liberdade de associação e

reunião: Baixo; direito à privacidade: Alto; direito a um julgamento justo: Médio; direito de possuir propriedade e o direito de defender a si mesmo: Baixo”.

Um estudante politicamente não militante do MPLA avançou com alguns argumentos a respeito da questão colocada: “temos pouca liberdade de consciência porque temos um nível de instrução ainda baixo, para nós pensar diferente do que está instituído é mau por si só, por outro lado, temos dificuldades em nos expressar porque aquele que tem capacidade de o fazer se não estiverem de acordo com o que está instituído sobre a maneira de expressão política faz com que estejamos como estamos. Do ponto de vista religioso somos livres, sobretudo para as igrejas de matriz cristã. Quanto a liberdade de reuniões estamos muito a baixo, quando tiver que aparecer é para falar bem do MPLA, os que querem falar de algo que está mal esses já são reprimidos. O direito a privacidade está salvaguardado de uma maneira geral. As vezes não se julgam em função da lei e da consciência mas juntam-se a questões partidárias. O registo de propriedade privada em Angola leva muito tempo, é muito burocrático, o que acontece é que nós agimos, exercemos de acordo com as influências de cada um para conseguir o que quer”.

Outro estudante de 30 anos de idade, militante do partido no poder disse a respeito: “A liberdade religiosa é grande desde que se tem cumprido com os indicadores legais. A liberdade de associações com fins políticos tem registado avanços. O direito à privacidade existe plenamente. Temos o direito ao julgamento mas não tenho claros indicadores, não estou muito inteirado”.

Ainda no âmbito do Progresso Social observámos a reação dos estudantes à seguinte questão: “O progresso social em Angola, depende das escolhas políticas, dos investimentos públicos e da capacidade do cidadão empreender”. Nisto as respostas também variaram em função da partidarização ou não dos estudantes entrevistados, embora a generalidade demonstre grande tendência em considerar a existência de grande dependência da escolha do partido. Veja-se uma primeira resposta de um estudante pertencente ao partido no poder: “Os dois lados estão envolvidos. Falar de partido político é falar de quem gere a coisa pública, basta a sociedade em geral fazer a sua parte. Há uma ligação e cumplicidade entre os pontos”. Para outro estudante militante do MPLA “face aos entraves impostos pelas políticas no país vê-se que o povo angolano é muito empreendedor e se tivéssemos que contar com novas políticas que atendem a nossa realidade político-social, Angola teria um índice de desenvolvimento superior. Temos força e vontade, e isso é fundamental, agora, do outro lado não sei”.

Para a estudante que não milita no partido que governa o país, “em Angola existe uma força política que determina negativamente estes aspetos, o país é partidarizado e se quiseres

ascender debes estar vinculado, mas a nossa força de vontade também determina bastante, contudo não se faz concorrência com os empreendimentos dos dirigentes políticos”.

3.3.3 Organizações políticas (Estado, partidos, associações juvenis)

No que diz respeito a esta temática colocamos, em primeiro lugar, a seguinte questão: “O processo que levou à Independência de Angola envolveu três movimentos partidários de libertação (FNLA, MPLA e UNITA), nascidos em diferentes zonas territoriais (ou grupos étnicos) do país: bacongos, ambundos (kimbundos) e ovimbundos, respetivamente.

Qual a sua opinião sobre a possibilidade de cada partido político ser representado por deputados das três zonas territoriais a partir da representação por quotas?”.

Esta pergunta foi colocada com base numa ideia de propor um sistema de organização política africana tipificada na existência de vários grupos étnicos dentro dos países africanos. No geral os entrevistados consideraram uma proposta a ter em conta para a melhoria da governação; contudo, foi sublinhada a falta de mobilidade cognitiva como sendo um ponto fraco. Verificamos também a diferença de opiniões entre militantes e não militantes do MPLA, onde os primeiros têm maior tendência a negar. Para o caso de uma estudante politicamente apartidária: “seria muito bom, isso se as coisas realmente funcionassem. Seria bom ter maior representatividade, sair só de Luanda e tornar abrangente a outras províncias. Contudo, o nível académico determina muito, as demais províncias têm menos interesse pela política do que Luanda e por isso deixam-se influenciar facilmente no período de caça-votos, talvez seria um perigo tê-lo na Assembleia”.

Contamos ainda com o que tem a dizer o estudante militante do MPLA. Para ele, “como africanos e angolanos não seria bom até certo ponto, porque isto daria azo à um regionalismo devido ao nível de instrução dos cidadão. Devíamos pensar numa Angola para os angolanos constituindo um só povo e uma só nação. O nível de instrução não permite tais atuações”. Contudo, nem todos os entrevistados pertencentes ao partido que governa Angola tiveram o mesmo parecer com relação a tal questão. É o caso de um estudante que na sua opinião, “é um assunto que devia ser tratado a nível interno de cada partido e não a nível da Assembleia Nacional, distribuir os deputados de acordo as províncias. É muito interessante porque evitaria acusações do tipo uns terem começado a guerra e outros não, haveria inclusão. O Uíge não pode ser representado por alguém de Luanda e se ainda mais for do MPLA não vai se interessar com quem não é da jurisdição do partido. O Uíge e o Zaire são muito

marginalizados e isso acontece porque a maior parte dos deputados do MPLA são de Luanda”.

3.3.4 **Universidade**

Neste ponto de análise foi feita a seguinte pergunta: “Porque veio estudar em Portugal?”. Na resposta a esta questão verificou-se uma tendência a considerar como fator primordial a qualidade de ensino a nível de Portugal; aqui não se verifica tanto a diferença partidária. É o caso do estudante do curso de Engenharia Mecânica, “primeiro é que quando me formei em engenharia mecânica senti que faltava algo, faltou adquirir habilidades, sentia a necessidade de atuar de alguma maneira mas não sabia como, isso incentivou-me. Fui motivado pela qualidade de ensino de Portugal”. O mestrando em Arquitetura diz que “primeiro é pela oportunidade que apareceu, sou bolseiro. Depois é a oportunidade de aprender sempre mais numa realidade diferente daquilo que é o contexto angolano. Outro motivo é que durante a minha formação fui sentindo que ainda não há grande qualidade dos professores em Angola, tanto públicas como privadas”.

Colocámos uma segunda questão: “Como avalia a qualidade do ensino superior em Angola?” Aqui o normal foi fazer uma avaliação negativa da realidade. Contudo, conforme a pertença ou não à cor partidária do executivo angolano obtivemos respostas diversificadas. Um estudante militante do MPLA respondeu: “a qualidade é boa mas devia ser cada vez mais melhorada, sobretudo nas áreas das ciências técnicas. Devíamos trabalhar mais nas engenharias para contarmos com os nossos próprios quadros na produção nacional e diminuirmos as importações”. É avançada uma resposta de uma estudante não militante do MPLA, que segundo ela a qualidade de ensino em Angola é “Muito fraca, quase que não se adequa às exigências universais de ensino superior, precisamos trabalhar nisso”.

Num terceiro momento procuramos saber dos estudantes se têm conhecimento de políticas governativas que visem a melhoria da qualidade de ensino superior em Angola. Na generalidade, os entrevistados conhecem algumas políticas. A primeira resposta foi de um estudante militante do MPLA: “a ideia do Plano nacional de Formação de Quadros é um grande princípio mas, como eu disse, não vejo o grau de cumprimento ou quando são, são insuficientes”. O estudante politicamente não militante do MPLA diz que “são várias políticas e projetos em carteira, fala-se das bolsas internas que facilitam os que não são capazes de pagar a faculdade, isso corre com normalidade, ali não há influência partidária. Um outro dado é o facto de cá estarmos a estudar, isso é um salto qualitativo para a melhoria do nosso sistema”.

A pergunta que se colocou a seguir foi: na sua opinião, qual é o nível de aceitação da livre participação política dos quadros saídos das universidades angolanas por parte do Estado angolano? Para alguns militantes do MPLA há grande aceitação; o mesmo não se verifica com os não militantes do MPLA.

Para a estudante não militante do Partido no poder “a aceitação é em função da proximidade. A garantia depende da pertença ao partido, senão mete em risco os interesses”. Uma outra apreciação parte do estudante militante do partido no poder que diz que “os quadros da diáspora são bem-vindos e têm uma aceitação e enquadramento quase que imediato. São todos bem-vindos”. Outro militante do partido MPLA assegura que “existe um discurso político que dá a primazia aos estudantes formados no exterior, isso faz com que haja uma discriminação dos estudantes formados em Angola, e aqueles devem ser os enviados pelo partido para corresponder com a expectativa de governação. Mesmo em termos de empregabilidade priorizam-se os estrangeiros porque não acreditam nas próprias instituições”. Houve quase unanimidade na resposta à pergunta sobre o conhecimento da existência de organizações juvenis universitárias pertencentes ao MPLA promovendo atividades como a preparação de jovens para o ingresso na Universidade, bem como a promoção de acampamentos académicos. O estudante militante do MPLA diz que “existem algumas organizações afetas ao MPLA em algumas Universidades e noutras não, mas prefiro não arriscar em falar disso”. Adiantou ainda que não sabe da existência de organizações atinentes a outros partidos, “Olha, dos outros partidos já nem escuto”. Um outro estudante militante do partido no poder disse: “sim existe. A associação dos estudantes angolanos em Portugal não é independente. Todas as associações ligadas a embaixada fazem parte do partido; os núcleos universitários em Angola estão ligados ao partido”. Quanto a existência de organizações de outros partidos disse: “não. Não tenho conhecimento não porque há a possibilidade de existir mas é porque não existem mesmo porque todo o sistema é centralizado e o regime é fechado, ninguém quer fazer parte de associações que não sejam do partido no poder”.

Uma estudante não militante do MPLA afirmou: “tenho conhecimento das associações em Universidades que estão todas partidárias. O Chefe da associação é do partido e leva todos os integrantes a participarem das atividades do partido, confundindo os assuntos académicos com partidários”. Ao procurar saber se existem organizações de partidos dentro das Universidades, a estudante diz: “não, de outros partidos não tenho conhecimento algum”.

Na generalidade registamos um desconhecimento pelos entrevistados da coexistência de partidos políticos nas Universidades.

CONCLUSÕES

Este estudo sobre o papel do Estado no processo de consolidação democrática na visão dos estudantes angolanos a viver em Portugal propôs uma reflexão em torno do conjunto de condições para acudir ao bem estar social como elemento proporcionado por um Estado livre e vocacionado para a garantia da igualdade e liberdade aos cidadãos.

Angola, na sua primeira República, experimentou momentos proporcionados pela história em que se impôs a necessidade de instalação de um partido único, onde ao presidente da república atribuiu-se a responsabilidade de velar pelos poderes executivos e legislativos. Ao povo, por sua vez, coube o único papel de agir conforme os ditames do líder socialmente reconhecido, sendo que toda a garantia do bem-estar dependia da visão estratégica do chefe de Estado, não precisava do parecer dos cidadãos e da sua participação. Tratava-se de uma base política que advinha da influência marxista leninista do regime socialista que vigorou na URSS ao longo de tal período. Volvidos os anos que conduziram até à época histórica de 1989, o regime do MPLA, o partido responsável pelos destinos dos angolanos nesta circunstância, conseguiu rever o quadro político e adequar às novas situações que se impunham. Os primeiros passos foram dados com a realização do III Congresso do Partido em 1990 e depois confirmado com o Acordo de Bicesse em 1991, sendo que a confirmação surgiu com as primeiras eleições legislativas e executivas que decorreram entre 29 e 30 de Setembro de 1992. Neste quadro começam a verificar-se aberturas à nova realidade sociopolítica do país, em que ao cidadão é constitucionalmente garantido o conjunto de atribuições típicas das sociedades democráticas. Fala-se de um conjunto de direitos e, entre estes direitos estava a liberdade de informação e de expressão, a par da liberdade de associação e a aceitação da iniciativa privada. Contudo, foi uma vontade frustrada por novas situações de conflito político que envolveu o MPLA e a UNITA num período de mais 10 anos. Com a morte de Jonas Savimbi em Fevereiro de 2002, líder do partido UNITA, Angola regista um novo período de esperança com a assinatura do acordo de paz em Abril do mesmo ano. Contudo, uma onda de novas exigências passam a fazer parte de um país que se declarou democrático e de direito.

Para a descrição do *status quo* que vive Angola desde o ano de 2010, contamos com o despertar dos centros de estudos responsáveis por caracterizar e medir os níveis de vivências políticas entre países. Verificou-se que em 2015 Angola apresenta resultados muito abaixo do que se verifica nos países ocidentais relativamente ao índice de vivência democrática, ao

mesmo tempo que comparativamente a alguns outros países africanos localizou-se entre os menos aplaudidos no que respeita ao conjunto de condições de exercícios da democracia. Países não declarados democráticos como o caso de Cuba evidenciam uma classificação superior a Angola ao longo dos anos. Em termos de progresso social, no ano de 2016 Angola foi classificada com um índice de nível muito baixo. No conjunto de indicadores que determinam a qualidade de vida dos cidadãos, Angola apresentou-se quase sempre acima dos 100 (cem) primeiros países.

Os estudantes entrevistados tiveram posições diferenciadas aquando da apreciação que fazem de Angola em termos de cultura política, orientações e posições sociais. Não foi linear a diferença das apreciações entre estudantes pertencentes ao partido no poder e aqueles que se caracterizam politicamente não militantes do MPLA. Para estes, assim como para os militantes do MPLA com uma visão mais crítica da realidade angolana, o apelo a uma maior participação política por parte da população no exercício democrático do país surgiu como um dever que põe a prova os elementos democráticos constitucionalmente reconhecidos. A mesma comunhão de ideias entre os entrevistados surgiu quando os confrontámos com a afirmação de que Angola colocou-se, em 2015, abaixo de Cuba em termos de vivência democrática: estes apoiam os resultados trazidos pelos estudos da Democracy Index. Esta questão não foi suficientemente argumentada por alguns estudantes pertencentes ao MPLA que alegaram não reconhecerem a legitimidade e confiança deste centro de estudos. E reconheceu-se a existência de uma democracia em África que se diferencia da ocidental. No que respeita a proposta de uma democracia representativa por quotas, a maioria dos entrevistados reconheceu ser uma grande aposta para o futuro da representação democrática do país, pelo que, alguns estudantes militantes do partido no poder apelaram para uma proposta mais inclusiva, tirando esta particularidade das quotas por etnias. À exceção de dois estudantes pertencentes ao partido no poder, que alegaram o nível alto de exercício do conjunto de direitos e liberdades ou a perspetiva de uma plena realização futura em Angola, os estudantes convergiram no reconhecimento do baixo nível de liberdade de expressão, liberdade de associação e direito a um julgamento justo. Houve um reconhecimento razoável da liberdade de consciência e direito a possuir propriedade privada. Para os estudantes, em sua maioria, há plenitude em termos de liberdade religiosa e direito a privacidade. Notou-se que a qualidade de ensino a nível de Portugal foi a grande impulsionadora da vinda dos estudantes para este país. Houve na maioria dos estudantes o reconhecimento de uma fraca

qualidade de ensino a nível das instituições de ensino superior em Angola, ao mesmo tempo que a maioria reconhece a existência de políticas que visem a melhoria desta qualidade.

Entre os dois grupos dos estudantes entrevistados (militantes e não militantes) foram registadas algumas diferenças (Cf. Anexo C). Para os não militantes do MPLA há menos confiança nas instituições públicas em comparação com os militantes do MPLA. Ambas as alas olham para a participação política como sendo bastante importante, contudo, no que respeita aos resultados dos estudos internacionais, os não militantes do Partido no poder tendem a concordar mais do que os militantes. O mesmo sucede quando se trata do conjunto de liberdades que se vive em Angola, os primeiros tendem a concordar menos com o exercício de tais liberdades, sendo que, entrevistou-se militantes do MPLA que têm um olhar bastante crítico para com o próprio partido. A proposta da representatividade por quotas é tida como grande aposta mais entre os apartidários e militantes críticos do próprio partido. Há uma grande tendência de considerar a falta de qualidade nas universidades em Angola, conquanto, é na ala dos que militam o partido no poder que registamos a opinião da existência de qualidade.

BIBLIOGRAFIA

- Alain, Massoussa Tonha (2008) *Políticas de formação e valorização de Recursos Humanos como estratégia de desenvolvimento em Angola*, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos, Lisboa, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, ISCTE Instituto Universitário de Lisboa.
- Almeida, João Ferreira de (1990), (VIII Vol.), *Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Almeida, João Ferreira de. (coordenador), (1994), *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Almeida, João Ferreira et. al (2003), *Diversidade na Universidade*. Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, José Carlos Ferreira de (1970), “*Mobilidade e posições sociais: uma análise teórica e conceitual*”, *Análise Social*, VIII (29), pp. 5-40.
- Soares, Amadeu Castilho (2004), *Universidades em Angola: A sua criação em 1962*, pp 57-69.
- Lupintade, Ana paula M. Abreu (2014), *A importância do ensino superior no desenvolvimento do município da Chibia – Huíla*, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos, Lisboa, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, ISCTE Instituto Universitário de Lisboa.
- Guebe, António (2009), *O pensamento social sobre cidadania e democracia em Angola: o caso da comunidade rural Va-hanha (1992-2007)*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social e Económico da África: Análise e Gestão, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE.
- Baloi, Jochua, (2009). *A conceção da educação democrática na obra “Democracia e educação” de John Dewey*. Monografia – Maputo.
- Baptista, António (2010), *Democracia e representação democrática*. *Análise Social*, vol. XLV (196), 491-514.
- Barrica, José Marcos, *Angola 10 anos de Paz: Conquistas e desafios*. Embaixada da República de Angola em Portugal. Serviços de Imprensa.
- Baudouin, Jean (2000), *Introdução à Sociologia política*, Editorial Estampa, 1ª Edição
- Beck, Ulrich, Anthony Giddens e Scott Lash (2000), *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética na ordem social moderna*, Oeiras, Celta Editora.
- Bobbio, Norberto (1988), *O futuro da democracia*, Lisboa, Dom Quixote.
- Bobbio, Norberto (1999), *Teoria Geral da Política*, Elsevier Editora Ltda.
- Boudon, Raymond, (1984), "As teorias da mudança social", em *O Lugar da Desordem*, Lisboa, Gradiva.
- Callinicos, Alex (2002), *Contra a Terceira Via. Uma crítica anticapitalista*, Oeiras, Celta.
- Carmo, Renato Miguel e João Rodrigues (Coord.) (2009), *Onde Pára o Estado? Políticas públicas em tempo de Crise*. Lisboa.
- Casanova, José Luís (1993) *Estudantes Universitários: composição social, representações e valores*. Estudos de juventude. Quinta série.
- Casanova, José Luís (2004), “Orientações sociais – uma abordagem crítica e operativa ao conceito de *habitus*”. Actas dos ateliers do V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia Sociedades Contemporâneas: *Reflexividade e Acção*, Teorias E Metodologias de Investigação.

- Casanova, José Luís, (2007). "*Estrutura, orientações sociais e projectossociais*", em A. F. da Costa, F. L. Machado, e P. Ávila (orgs.), *Sociedade e Conhecimento - Portugal no Contexto Europeu*, vol. II, Oeiras, Celta Editora.
- Castells, Manuel (2013), *Redes de Indignação e Esperança*. Movimentos Sociais na Era da Internet, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Costa, António F. (2012). *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Editora Mundos Sociais. Primeira Edição.
- Costa, António Firmino da (2008), *Sociedade de Bairro*, Lisboa, Celta Editora.
- Cruz, Maria Arlete Pereira da (1995), *O multipartidarismo em África: O exemplo senegalês*, Lisboa.
- Dahl, Robert A. (2000), *Democracia*, 1ª Edição, Lisboa, Temas e Debates.
- Domingos, Ana Maria (1986), *A Teoria de Bernstein em Sociologia da Educação*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dulong, Renaud (1978), *A crise da relação Estado/sociedade local vista através da política regional*, em Nicos Poulantzas, *A crise do Estado*, Lisboa, Morais Editora.
- Eurico, Jorge (2008), *A Sociedade Civil e a Democracia Participativa em Angola*, em Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade, *O Processo de Transição para o multipartidarismo em Angola*, Luanda, 3ª Edição, Edições Firmamento.
- Foddy, William (1996), *Como perguntar: Teoria e prática de construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras, Celta.
- Fonseca, Paulo (11 de dezembro de 2007), *Representação social do Sistema de Cotas das Universidades públicas: Uma visão dos alunos do Sistema privado de ensino*. in *Trabalhos de Conclusão de Curso ou de Disciplina Psi*.
- Fukuyama, Francis (2006), *A Construção de Estados*, Lisboa, 1ª Edição, Gradiva.
- Giddens, Anthony (1992), *As consequências da Modernidade*, Tradutores, [Machado, Fernando Luis](#) e [MariaManuelaRocha](#), Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony, (2013). *Sociologia*. 9ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian
- Heimer, Franz-Wilhelm; Jorge Vala e José Manuel Leite Viegas (1990), *Cultura Política: Uma Leitura Interdisciplinar*. *Sociologia – Problemas e Práticas*, N°8, pp. 9-28.
- J. M. G. Caraça; P. Conceição e M. V. Heitor, (1996) Uma perspectiva sobre a missão das universidades in *Análise Social, volxxxii (139)*, 1996 (5.º), 1201-1233
- José, Gildo Matias (2012), *Congruência ideológica e política em Angola: Análise comparativa dos deputados eleitos para a Assembleia Nacional e respectivos eleitores*, Dissertação de mestrado em Ciência Política, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, ISCTE Instituto Universitário de Lisboa
- Júnior, Paulo Santos (1996), *O desenvolvimento humano: o caso angolano*, Dissertação de mestrado em Estudos Africanos, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Katúmua, Martinho Bangula (2013), *A reconfiguração da identidade em contextos de integração: O caso dos estudantes angolanos de 2º e 3º ciclos de ensino superior no ISCTE-IUL*, Dissertação de mestrado em Sociologia, Departamento de Sociologia, ISCTE Instituto Universitário de Lisboa.
- Keane, John, (2009), *Vida e Morte da Democracia*, Lisboa, Edições 70.

- Lénine, V.I. (1975), *Democracia Socialista*, Lisboa, Edições Avante.
- Machado, Fernando Luís et. Al (2013) (Orgs), “Classes Sociais E Estudantes Universitários: Origens, oportunidades e orientações” em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, Outubro.
- Marques, Fernando Pereira (1991), *Democracia ou partidocracia?* (nº 8)
- Mauritti, Rosário (2002), “Padrões De Vida Dos Estudantes Universitários Nos Processos De Transição Para A Vida Adulta” em *Sociologia, Problemas e Práticas* n.39 Oeiras, Agosto.
- Naiff, Denis Geovani Montero; Luciene Alves MiguezNaiff e Marcos Aguiar de Sousa (2009), “As representações sociais de estudantes universitários a respeito das cotas para negros e pardos nas universidades públicas brasileiras”, *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v.9, n.1 Rio de Janeiro, Abril.
- Nganga, João Paulo (2008), Meios de Comunicação Social e a Democracia em Angola, em Vidal, Nuno e Justino Pinto de Andrade, *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*, Luanda, 3ª Edição, Edições Firmamento.
- Opello, Walter C. (1973), *Administração local e cultura política num concelho rural*, *Análise Social*, vol. XV (59), 1979-3.º, 635-672
- Pacheco, Fernando (2008), “Sociedade Civil e a Construção da Democracia em Angola”, em Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade, *O processo de Transição para Multipartidarismo em Angola*, Luanda, 3ª Edição, Edições Firmamento.
- Poulantzas, Nicos (1978), *A Crise do Estado*, Lisboa, 1ª Edição, Moraes.
- Quivy, Raymond e Lucvan Campenhoudt (2013), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva.
- Rawls, John (1993). *Uma teoria de Justiça*. Editorial presença, 1ª Edição, Lisboa.
- Santos, Martins (1970). *História do Ensino em Angola*. Edições dos serviços de educação. Angola.
- Sêga, Rafael Augustus, “o conceito de representação sociais nas obras de Denise Jodelet e SergeMoscovici” (online), consultado em Janeiro de 2017. Disponível em <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art8.pdf>
- Sen, Amartya (2012). *A ideia de Justiça*, Editora Almedina.
- Sharp, Gene (2015). *Da Ditadura à Democracia*. Editora Tinta da China. 1ª Edição
- Silva, A. S. e Pinto, J. M., [orgs.] (2014). *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 16ª edição.
- Silva, Pedro A. e Mariana T. Pereira, (2015). *Cuidado do futuro. Os mitos do estado social português*. Editora clube do autor. 2ª Edição.
- Silva, Reginaldo (2008), “Liberdade de Imprensa – subsídios para a trajetória de um direito fundamental em Angola” em Vidal, Nuno e Andrade, Justino Pinto de., *Sociedade civil e política em Angola*, Lisboa, Edições Firmamento, Media XXI.
- Silva, Teresa Cruz e (2010), *O público, o privado e o papel social das universidades em África*, Senegal, CODESRIA.
- Simas, Maria Gabriela (1995), *O desenvolvimento dos recursos Humanos em Angola*, Dissertação de mestrado em Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa-ISCTE.
- Simões, Mônica Rafael (2008), “As Dinâmicas da Sociedade Civil e o Processo de Transição Multipartidária em Angola”, em Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade (2008), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*, Luanda, 3ª Edição, Edições Firmamento.

- Sousa, Alfredo António de (1968), “Alguamas reflexões sobre a democratização do ensino superior” (online), consultado em Janeiro de 2017. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224252329C4tMO9db0Fk97UZ9.pdf>
- Tchiwila, Cecília J. (2015). *Desigualdades Sociais, Desempenho e Expectativas escolares e profissionais dos estudantes do ensino Pré-universitário: o caso de uma escola privada e uma escola estatal no Huambo (Angola)*, Dissertação de mestrado em Educação e Sociedade, Departamento de Sociologia, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- Thiry-Cherques, Hermano Roberto (2006), *Pierre Bourdieu: a teoria na prática*, Rio de Janeiro 40(1):27-55, Jan./Fev.
- Tocqueville, Alexisde. *Da Democracia na América*. Rés. Editora, Lda.
- Turner, Bryan (2002), *Teoria Social*, Algés, Difusão Editorial
- Turner, Jonathan (*sine anno*), *Sociologia. Conceitos e aplicações*. MAKRON Books. São Paulo.
- Vidal, Nuno e Justino Pinto de Andrade (2008), *Sociedade civil e política em Angola*, Lisboa, Edições Firmamento, Media XXI.
- Vidal, Nuno e Justino Pinto de Andrade (2008), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*, Luanda, 3ª Edição, Edições Firmamento.
- Viegas, José Manuel Leite e António Firmino da Costa (Organizadores) (1998), *Portugal, que Modernidade?* Celta Editora, Oeiras.
- Vieira, Laurindo, (2007). *A dimensão ideológica da educação 1975-1992*. Editorial Nzila, Luanda, 1ª Edição.

Fontes

Jornais

- Amnistia Internacional Portugal* (22 de Dezembro de 2015);
Jornal de Notícias de Angola (12 de Fevereiro de 2017);
VOA – Voz de América (24 de Março 2017);

Legislação

- Constituição da República de Angola de 5 de Fevereiro, 2010.
Lei nº 13/01 de 31 de Dezembro, (Lei de Bases do Sistema de Educação);

Propostas

- Angola (2012), Relatório Conjunto sobre o Plano Nacional de Formação de Quadros;
Angola, Exame Nacional 2015 da educação para todos. Edição: Centro de Documentação e informação. Ministério da Educação.

ANEXOS

Anexo A: Guião das Entrevistas

Objectivo	Bloco	Questões
Caracterizar socioculturalmente os entrevistados	Características socioculturais	<p>1. Sexo.</p> <p>2. Qual é a sua idade?</p> <p>3. Qual é a sua nacionalidade (país de nacionalidade)?</p> <p>3. Qual é a sua naturalidade (país e região onde nasceu)?</p> <p>4. Onde é a sua residência em Angola?</p> <p>5. Que curso frequenta neste momento?</p> <p>6. Em que ano está neste curso?</p> <p>7. Detém outra formação anterior? Qual?</p> <p>8. Está a trabalhar (ou trabalhou anteriormente)?</p> <p>- Se “sim”, diga:</p> <p>9. Qual é a sua profissão (actual, ou a última que exerceu)?</p> <hr/> <hr/> <hr/> <p>10. Qual é a sua situação nessa profissão:</p> <p>- Patrão</p> <p>- Trabalhador por conta própria</p> <p>- Trabalhador por conta de outrem</p> <p>11. Qual é a sua etnia/grupo étnico?</p> <p>12. Qual a escolaridade actual do seu pai?</p> <p>. Não sabe ler nem escrever</p> <p>. Completou o ensino básico</p> <p>. Completou o ensino secundário</p> <p>. Completou o ensino superior</p> <p>13. Qual é a profissão do seu pai (actual, ou a última que exerceu)?</p> <hr/> <hr/> <hr/> <p>14. Qual é a situação do seu pai nessa profissão:</p> <p>- Patrão (com 10 ou mais empregados)</p> <p>- Patrão (com menos de 10 empregados)</p> <p>- Trabalhador por conta própria</p> <p>- Trabalhador por conta de outrem</p> <p>15. Relativamente às seguintes 2 afirmações, diga com qual se identifica mais:</p> <p>“É certo que as pessoas são diferentes umas das outras. Mas é sempre possível diminuir as desigualdades sociais entre elas”;</p> <p>ou</p> <p>“É certo que as pessoas são diferentes umas das outras, e as desigualdades sociais entre elas são inevitáveis”.</p> <p>16. Relativamente às seguintes 2 afirmações, diga com qual se identifica mais:</p> <p>“A nossa posição na sociedade depende sobretudo de termos objetivos na vida e de nos esforçarmos por os atingir”;</p> <p>ou “Por mais que façamos, a nossa posição na sociedade depende sobretudo de coisas que não podemos controlar”</p>
	Cultura política	17. Qual o seu nível de interesse pelas políticas locais, nacionais (de Angola) ou internacionais?

		<p>18. Qual o seu nível de confiança nas instituições públicas angolanas (tribunais, saúde, administração local, escolas, polícias, segurança social, etc.)?</p> <p>19. Qual o seu nível de participação política? Participação eleitoral: abstenção; votos em branco e nulos; voto útil; participação em organizações partidárias; mobilizador cívico.</p> <p>20. É militante de algum partido político?</p> <p>21. Em geral, tem sido a favor ou contra o partido que actualmente governa Angola?</p> <p>22. Quer dizer-me qual é o partido político com que se identifica mais?</p>
Determinar o nível de conhecimento e enquadramento dos cidadãos na construção da democracia em Angola	No quadro da democracia.	<p>1. Na sua opinião, o que é a democracia? (igualdade política, ideia de representatividade, participação política, etc.)?</p> <p>2. E o que deveria ser a democracia?</p> <p>3. Qual a sua opinião sobre a importância da participação em democracia?</p> <p>4. Que tipos de participação acha mais importantes? (eleitoral, manifestações, integração em organizações, etc.). Porquê?</p> <p>5. Num estudo feito em 2015 pelo “Democracy Index (The Economist)”, verificamos que a Noruega, o país com uma democracia plena, apresenta-nos um índice de 9,93 sendo que Angola mostra uma pontuação de 3,35 (regime autoritário), abaixo de Cuba, com 3,52, e que é um país declarado não democrático.</p> <p>Aceita esta classificação internacional ou acha que algumas particularidades angolanas dariam abertura a outros critérios que poderiam dar outros resultados?</p> <p>6. Acha que existe um tipo de democracia “africana” que será distinta da democracia de tipo europeu? Em que reside essencialmente essa diferença?</p>
Descrever a noção do angolano sobre a responsabilidade e de avançar no exercício democrático	Progresso Social	<p>1. Na sociedade angolana, em que grau (elevado, médio, baixo) acha que os angolanos têm:</p> <ul style="list-style-type: none"> - liberdade de consciência - <u>liberdade religiosa</u> - liberdade de expressão - liberdade de associação e reunião - direito à <u>privacidade</u> - direito a um julgamento justo - <u>direito de possuir propriedade</u> e o direito de defender a si mesmo. <p>2. Quer fazer algum comentário global sobre este tema?</p> <p>3. Diga o que acha sobre a afirmação seguinte: “O progresso social em Angola, depende das escolhas políticas, dos investimentos públicos e da capacidade do cidadão empreender”.</p>

<p>Conhecer o grau de interesse sobre políticas inclusivas em Angola</p>	<p>Organizações políticas</p>	<p>1. O processo que levou à Independência de Angola envolveu três movimentos partidários de libertação (FNLA, MPLA e UNITA), nascidos em diferentes zonas territoriais (grupos étnicos) do país: Bacongós, Kimbundos e Ovimbundos, respectivamente.</p> <p>Qual a sua opinião sobre a possibilidade de cada partido político ser representado por deputados das três zonas territoriais a partir da representação por quotas?</p> <p>2. Que opinião tem, em geral, sobre a actuação do Estado relativamente às Universidades em Angola?</p> <p>3. Como avalia o nível de liberdade de manifestação das associações juvenis e de sindicatos como o dos professores, em Angola?</p>
<p>Determinar o grau de satisfação com as políticas educativas em Angola</p>	<p>Universidade</p>	<p>1. Porque veio estudar em Portugal?</p> <p>2. Como avalia a qualidade do ensino superior em Angola?</p> <p>3. Tem conhecimento de políticas governativas que visem a melhoria da qualidade de ensino superior em Angola?</p> <p>4. Que opinião tem sobre a implementação destas políticas?</p> <p>5. Na sua opinião, qual é o nível de aceitação da livre participação política dos quadros saídos das universidades angolanas por parte do Estado angolano?</p> <p>3. Tem conhecimento da existência de organizações juvenis universitárias pertencentes ao MPLA promovendo atividades como a preparação de jovens para o ingresso na Universidade bem a promoção de acampamentos académicos?</p> <p>4. Tem conhecimento da existência de representantes de outros movimentos partidários nas Universidades?</p>

Anexo B: Grelha de Análise

Caraterísticas sociais	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
1. Sexo.	M	M	M	M
2. Qual é a sua idade?	(26-29)	(26-29)	(26-29)	(30-33)
3. Qual é a sua nacionalidade (país de nacionalidade)?	Ang.	Ang.	Ang.	Ang.
4. Qual é a sua naturalidade (país e região onde nasceu)?	Nam	Hla	Lda	Hbo
5. Onde é a sua residência em Angola?	Nam	Lub	Lda	Hbo
6. Que curso frequenta neste momento?	Inf.	CP	Arq	EMF
7. Em que ano está neste curso?	2º M	1º M	2º M	2ºM
8. Detém outra formação anterior?	S	S	N	S
9. Está a trabalhar (ou trabalhou anteriormente)?	S	S	S	S
10. Qual é a sua profissão (actual, ou a última exerceu)?	Prof.	Prof.	Op.S	Prof.
11. Qual é a sua situação nessa profissão:	Prof.	Prof.		Prof.
12. Qual é a sua etnia/grupo étnico?	Ovimb.	Ovimb.	Ovimb.	Ovimb.
13. Qual a escolaridade actual do seu pai?	Desc.	EB	ESUP	ESEC
14. Qual é a profissão do seu pai (actual, ou a última que exerceu)?	MinJus.	CP	P.U e Of. FA	Cnta
15. Qual é a situação do seu pai nessa profissão ?	CSP	CSP	CSP	CSP
Orientações sociais				
16. Relativamente às seguintes 2 afirmações, diga com qual se identifica mais: “É certo que as pessoas são diferentes umas das outras. Mas é sempre possível diminuir as desigualdades sociais entre elas”; ou “É certo que as pessoas são diferentes umas das outras, e as desigualdades sociais entre elas são inevitáveis”.	IG	NIG	IG	IG
17. Relativamente às seguintes 2 afirmações, com qual se identifica mais: “A nossa posição na sociedade depende sobre de termos objetivos na vida e de nos esforçar por os atingir”; ou “Por mais que façamos, a nossa posição na sociedade depende sobretudo de coisas que não podemos controlar”	PROAC NPROAC	PROAC NPROAC	PROAC NPROAC	PROAC e NPROAC
Cultura política	M	E	M	M
18. Qual o seu nível de interesse pelas políticas locais, nacionais (de Angola) ou internacionais?				
19. Qual o seu nível de confiança nas instituições públicas angolanas (tribunais, saúde, administração local, escolas, polícias, segurança social, etc.)?	B	B	NR	B
20. Qual o seu nível de participação política? Participação eleitoral: abstenção; votos em branco e nulos; voto útil; participação em organizações partidárias; mobilizador cívico.	M	M	M	N
21. É militante de algum partido político?	S	N	N	N
22. Em geral, tem sido a favor ou contra o país?	C	Não Resposta	C	C

que actualmente governa Angola?		NR		
23. Quer dizer-me qual é o partido político com que se identifica mais?	CASA-CE	NR	CASA-CE	CASA-CE

Características sociais	Entrevistado 5	Entrevistado 6	Entrevistado 7	Entrevistado 8
1. Sexo.	M	M	F	M
2. Qual é a sua idade?	(30-33)	(26-29)	(34-35)	(26-29)
3. Qual é a sua nacionalidade (país de nacionalidade)?	Ang	Ang	Ang	Ang
4. Qual é a sua naturalidade (país e região onde nasceu)?	K.S	K.N	Lda	Ue
5. Onde é a sua residência em Angola?	Lda	Nbe	Lda	Lisb
6. Que curso frequenta neste momento?	LP	Eng. M	Inf.	PP
7. Em que ano está neste curso?	2º M	2º M	2º M	2º M
8. Detém outra formação anterior?	N	N	S	S
9. Está a trabalhar (ou trabalhou anteriormente)?	N	S	S	S
10. Qual é a sua profissão (actual, ou a última que exerceu)?	Prof.	Prof	Jor.	AJ
11. Qual é a sua situação nessa profissão:	Des.	CSP	CSP	Des.
12. Qual é a sua etnia/grupo étnico?	Amb.	Amb	Ov.	Bak.
13. Qual a escolaridade actual do seu pai?	ESEC	ESUP	ESEC	ESUP
14. Qual é a profissão do seu pai (actual, ou a última que exerceu)?	Prof	Del. Com.Int	CP	Ref.
15. Qual é a situação do seu pai nessa profissão?	Ref.	CSP	CSP	CSP
Orientações sociais				
16. Relativamente às seguintes 2 afirmações, diga com qual se identifica mais: “É certo que as pessoas são diferentes umas das outras. Mas é sempre possível diminuir as desigualdades sociais entre elas”; ou “É certo que as pessoas são diferentes umas das outras, e as desigualdades sociais entre elas inevitáveis”.	IG	IG	IG	IG
17. Relativamente às seguintes 2 afirmações, diga qual se identifica mais: “A nossa posição na sociedade depende sobretudo de termos objetivos na vida e de esforçarmos por os atingir”; ou “Por mais que façamos, a nossa posição na sociedade depende sobretudo de coisas que não podemos controlar”	PROAC NPROAC	PROAC NPROAC	PROAC NPROAC	PROAC NPROAC
Cultura política				
18. Qual o seu nível de interesse pelas políticas locais nacionais (de Angola) ou internacionais?	E	E	B	E
19. Qual o seu nível de confiança nas instituições públicas angolanas (tribunais, saúde, administração local, escolas, polícias, segurança social, etc.)?	N	B	B	B

20. Qual o seu nível de participação política? Participação eleitoral: abstenção; votos em branco e nulos; voto útil; participação em organizações partidárias; mobilizador cívico.	M	M	M	B
21. É militante de algum partido político?	S	S	N	S
22. Em geral, tem sido a favor ou contra o partido que actualmente governa Angola?	F e C	F e C	C	C
23. Quer dizer-me qual é o partido político com que se identifica mais?	CASA-CE	CASA-CE e outros.	Nenhum	CASA-CE
XXXXXXXXXX				

Características sociais	Entrevista 9	Entrevista 10	Entrevista 11	Entrevista 12
1. Sexo.	M	F	F	M
2. Qual é a sua idade?	(30-33)	(26-29)	(26-29)	(30-33)
3. Qual é a sua nacionalidade (país de nacionalidade)?	Ang	Ang	Ang	Ang
4. Qual é a sua naturalidade (país e região onde nasceu)?	Hla	Hla	Lda	Hla
5. Onde é a sua residência em Angola?	Lub	Lub	Lda	Lub
6. Que curso frequenta neste momento?	CP	Geo	Med	Fis
7. Em que ano está neste curso?	1º M	1º M	4º Lic	1º PhD
8. Detém outra formação anterior?	S	S	S	S
9. Está a trabalhar (ou trabalhou anteriormente)?	S	S	Não	S
10. Qual é a sua profissão (actual, ou a última que exerceu)?	Prof	Invest.	Prof	Prof
11. Qual é a sua situação nessa profissão:	CSP	CSP	Estudante	CSP
12. Qual é a sua etnia/grupo étnico?	Ov.	N.U.	Amb.	N.U.
13. Qual a escolaridade actual do seu pai?	ESEC	ESEC	ESUP	ESEC
14. Qual é a profissão do seu pai (actual, ou a última que exerceu)?	Ad.Mun	CP	Ero	Ad. P
15. Qual é a situação do seu pai nessa profissão?	Ref.	CSP	CSP	Fal.
Orientações sociais	IG	IG	IG	IG
16. Relativamente às seguintes 2 afirmações, diga com qual se identifica mais: “É certo que as pessoas são diferentes umas das outras. Mas é sempre possível diminuir as desigualdades sociais entre elas”; ou “É certo que as pessoas são diferentes umas das outras, desigualdades sociais entre elas são inevitáveis”.				
17. Relativamente às seguintes 2 afirmações, diga com qual se identifica mais: “A nossa posição na sociedade depende sobretudo de termos claros os nossos valores e de nos esforçarmos por os atingir”; ou “Por mais que façamos, a nossa posição na sociedade depende sobretudo de coisas que não podemos controlar”	PROAC NPROAC	PROAC e NPROAC	NPROAC	PROAC
Cultura política	E	M	M	E
18. Qual o seu nível de interesse pelas políticas locais, nacionais (Angola) ou internacionais?				
19. Qual o seu nível de confiança nas instituições públicas angolanas (tribunais, saúde, administração)	M	B	B	E

local, escolas, polícias, segurança social, etc.)?				
20. Qual o seu nível de participação política? Participação eleitoral: abstenção; votos em branco e nulos; voto útil; participação em organizações partidárias; mobilizador cívico.	M	M	M	M
21. É militante de algum partido político?	S	N	N	S
22. Em geral, tem sido a favor ou contra o partido que actualmente governa Angola?	F	F	C	F
23. Quer dizer-me qual é o partido político com que se identifica mais?	MPLA	N	CASA-CE	MPLA
XXXXXXXXXX				

Sobre democracia	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
1. Na sua opinião, o que é a democracia? (igualdade política, ideia de representatividade, participação política etc.)?	Rep	Part	Part	Part
2. E o que deveria ser a democracia?	Rep.	PP	NR	NR
3. Qual a sua opinião sobre a importância da participação em democracia?	E	E	E	E
4. Que tipos de participação acha mais importantes? (eleitoral, manifestações, integração em organizações, etc.). Porquê?	Org. Civ.	Ambas	Org. Civ.	Ambas
5. Num estudo feito em 2015 pelo “Democracy Index (TheEconomist)”, verificamos que a Noruega, o país com uma democracia plena, apresenta-nos um índice de 9,93 sendo que Angola mostra uma pontuação de 3,35 (regime autoritário), abaixo de Cuba, com 3,52, e que é um país declarado não democrático. Aceita esta classificação internacional ou acha que algumas particularidades angolanas dariam abertura a outros critérios que poderiam dar outros resultados?	A	NA	A	A
6. Acha que existe um tipo de democracia “africana” que será distinta da democracia de europeu? Em que reside essencialmente essa diferença?	N	NR	N	N
XXXXXXXXXX				
Sobre progresso social	Cons.: E Exp.:N Reun.: N. Priv.: N Julg.: M Pr. priv.:M	Cons.: E Exp.:M Reun.: NPrivac.: N Julg. E Pro. priv.:E	Cons.: M Rel.: E; Exp. Reun.: M. Julg.: B; Pro priv.:M	Cons.: B Rel.: E Exp.:B Reun.: B Julg.: B Pro. priv.:E
1. Na sociedade angolana, em que grau (elevado, médio, baixo) acha que os angolanos têm: - liberdade de consciência - <u>liberdade religiosa</u> - liberdade de expressão - liberdade de associação e reunião - direito à <u>privacidade</u> - direito a um julgamento justo - <u>direito de possuir propriedade</u> e o direito de defendera si mesmo.				
2. Quer fazer algum comentário global sobre este tema?				

3. Diga o que acha sobre a afirmação seguinte: “O progresso social em Angola, depende das escolhas políticas, dos investimentos públicos e da capacidade do cidadão empreender”.	C	D	D	D
XXXXXXXXXX				
Sobre as organizações políticas	C	D	D	C
1. O processo que levou à Independência de Angola envolveu três movimentos partidários de libertação (FNLA, MPLA e UNITA), nascidos em diferentes zonas territoriais (grupos étnicos) do país: Bacongos, Kimbundos e Ovimbuns respectivamente. Qual a sua opinião sobre a possibilidade de cada partido político ser representado por deputados das três zonas territoriais a partir da representação por quotas?				
2. Que opinião tem, em geral, sobre a actuação do Estado relativamente às Universidades em Angola?	C	C	D	D
3. Como avalia o nível de liberdade de manifestação das associações juvenis e de sindicatos como o dos professores, em Angola?	B	M	NR	M
XXXXXXXXXX				
Sobre a universidade	Q e C	Excia	Op. e Q.	Q
1. Porque veio estudar em Portugal?				
2. Como avalia a qualidade do ensino superior em Angola?	B	B	B	M
4. Tem conhecimento de políticas governativas que visem a melhoria da qualidade de ensino superior em Angola?	S	S	S	S
4. Que opinião tem sobre a implementação destas políticas?	D	NR	NR	D
5. Na sua opinião, qual é o nível de aceitação da participação política dos quadros saídos das universidades angolanas por parte do Estado angolano?	M	B	M	B
6. Tem conhecimento da existência de organizações juvenis universitárias pertencentes ao MPLA promoverem actividades como a preparação de jovens para o ingresso na Universidade bem a promoção de acampamentos académicos?	S	S	N	S
7. Tem conhecimento da existência de representantes de outros movimentos partidários nas Universidades?	N	N	N	N
XXXXXXXXXX				

Sobre democracia	Entrevistado 5	Entrevistado 6	Entrevistado 7	Entrevistado 8
1. Na sua opinião, o que é a democracia? (igualdade política, ideia de representatividade, participação política etc.)?	Ig e Part.	Lib	Ig	Part e Rep
2. E o que deveria ser a democracia?	Col. Part.	Ig e Lib	Ig. D.O	Lib
3. Qual a sua opinião sobre a importância da participação em democracia?	E	E	E	E
4. Que tipos de participação acha mais importantes? (eleitoral, manifestações, integração em organizações, etc.). Porquê?	El.	Ambas	Ambas	Org
5.. Num estudo feito em 2015 pelo “DemocracyIndex (The Economist)”, verificamos que a Noruega, o país com uma democracia plena, apresenta-nos um índice de 9,93 sendo que Angola mostra uma pontuação de 3,35 (regime autoritário), abaixo de Cuba, com 3,52, e que é um país declarado não democrático. Aceita classificação internacional ou acha que algumas particularidades angolanas dariam abertura a outros critérios que poderiam dar outros resultados?	A	A	A	A
6. Acha que existe um tipo de democracia “africana” que será distinta da democracia de tipo europeu? Em que reside essencialmente essa diferença?	S	S	N	S
XXXXXXXXXXXX				
Sobre progresso social	Cons.: B Rel.: A Exp.:B Reun.: B Priv.: A Julg.: M Prop. priv.:B	N.R	N.R	Cons.: B Rel.: A Exp.:B Reun.: B Julg.: B
1. Na sociedade angolana, em que grau (elevado, médio, baixo) acha que os angolanos têm: - liberdade de consciência - <u>liberdade religiosa</u> - liberdade de expressão - liberdade de associação e reunião - direito à <u>privacidade</u> - direito a um julgamento justo - <u>direito de possuir propriedade</u> e o direito de defender a si mesmo.				
2. Quer fazer algum comentário global sobre este tema?				
3. Diga o que acha sobre a afirmação seguinte: “O progresso social em Angola, depende das escolhas políticas, dos investimentos públicos e da capacidade do cidadão empreender”.	D	C	C	D
XXXXXXXXXXXX				
Sobre as organizações políticas	C	D	C	D

1. O processo que levou à Independência de Angola envolveu três movimentos partidários de libertação (FNLA, MPLA e UNITA), nascidos em diferentes zonas territoriais (grupos étnicos) do país: Bacongós, Kimbundos e Ovimbundos, respectivamente. Qual a sua opinião sobre a possibilidade de cada partido político ser representado por deputados das três zonas territoriais a partir da representação por quotas?				
2. Que opinião tem, em geral, sobre a actuação do Estado relativamente às Universidades em Angola?	D	D	C	C
3. Como avalia o nível de liberdade de manifestação das associações juvenis e de sindicatos como o dos professores, em Angola?	E	B	B	B
XXXXXXXXXXXX				
Sobre a universidade	Q e C	Q	Q	Comp
1. Porque veio estudar em Portugal?				
1. Como avalia a qualidade do ensino superior em Angola?	B	B	B	B
3. Tem conhecimento de políticas governativas que visem a melhoria da qualidade de ensino superior em Angola?	N	S	S	S
1. Que opinião tem sobre a implementação destas políticas?				
5. Na sua opinião, qual é o nível de aceitação da livre participação política dos quadros saídos das universidades angolanas por parte do Estado angolano?	B	M	M	M
6. Tem conhecimento da existência de organizações juvenis universitárias pertencentes ao MPLA promovendo atividades como a preparação de jovens para o ingresso na Universidade bem a promoção de acampamentos académicos?	S	S	S	S
7. Tem conhecimento da existência de representantes outros movimentos partidários nas Universidades?	N	N	S	N
XXXXXXXXXXXX				

Sobre democracia	Entrevistado 9	Entrevistado 10	Entrevistado 11	Entrevistado 12
1. Na sua opinião, o que é a democracia? (igualdade política, ideia de representatividade, participação política etc.)?	Rep	Part	Rep	Part
2. E o que deveria ser a democracia?	Rep.	NR	Lib	Rep.
3. Qual a sua opinião sobre a importância da participação em democracia?	E	E	E	E
4. Que tipos de participação acha mais importantes? (eleitoral, manifestações,	El e man.	Man	Man	El

integração em organizações, etc.). Porquê?				
5.. Num estudo feito em 2015 pelo “DemocracyIndex (TheEconomist)”, verificamos que a Noruega, o país com uma democracia plena, apresenta-nos um índice de 9,93 sendo que Angola mostra uma pontuação de 3,35 (regime autoritário), abaixo de Cuba, com 3,52, e que é um país declarado não democrático. Aceita esta classificação internacional ou acha que algumas particularidades angolanas dariam abertura a outros critérios que poderiam dar outros resultados?	NR	NR	A	NR
6. Acha que existe um tipo de democracia “africana” que será distinta da democracia de tipo europeu? Em que reside essencialmente essa diferença?	S	N	S	S
XXXXXXXX				
Sobre progresso social				
1.. Na sociedade angolana, em que grau (elevado, médio, baixo) acha que os angolanos têm: - liberdade de consciência - <u>liberdade religiosa</u> - liberdade de expressão - liberdade de associação e reunião - direito à <u>privacidade</u> - direito a um julgamento justo - <u>direito de possuir propriedade</u> e o direito de defender a si mesmo.	Cons.: M Rel.:A Exp.:B Reun.: A Julg.: A	Cons.: B Rel.:A Exp.:B Reun.: B Priv.: A Julg.: B Pro.priv.: M	Cons.: B Rel.:A Exp.:B Reun.: M Priv.: A Julg.: B	Cons.:M Rel.:A Exp.:M Reun.: M Priv.: A Julg.: E
2. Quer fazer algum comentário global sobre este tema?				
3. Diga o que acha sobre a afirmação seguinte: “O progresso social em Angola, depende das escolhas políticas, dos investimentos públicos e da capacidade do cidadão empreender”.	C	C	D	D
XXXXXXXX				
Sobre as organizações políticas				
1.. O processo que levou à Independência de Angola envolveu três movimentos partidários de libertação (FNLA, MPLA e UNITA), nascidos em diferentes zonas territoriais (grupos étnicos) do país: Bacongós, Kimbundos e Ovimbundos, respectivamente. Qual a sua opinião sobre a possibilidade de cada partido político ser representado por deputados das três zonas territoriais a partir da representação por quotas?	D	C	C	D
2. Que opinião tem, em geral, sobre a actuação do Estado relativamente às Universidades em Angola?	C	D	D	C

3. Como avalia o nível de liberdade de manifestação das associações juvenis e de sindicatos como o dos professores, em Angola?	E	B	B	E
XXXXXXXXXX				
Sobre a universidade	Exp.	Q	Q	Q
1. Porque veio estudar em Portugal?				
2. Como avalia a qualidade do ensino superior em Angola?	M	B	M	M
3. Tem conhecimento de políticas governativas que visem a melhoria da qualidade de ensino superior em Angola?	S	S	N	S
4. Que opinião tem sobre a implementação destas políticas?				P
5. Na sua opinião, qual é o nível de aceitação da livre participação política dos quadros saídos das universidades angolanas por parte do Estado angolano?	E	B	B	E
6. Tem conhecimento da existência de organizações juvenis universitárias pertencentes ao MPLA promovendo atividades como a preparação de jovens para o ingresso na Universidade bem a promoção de acampamentos académicos?	S	S	S	N.R
7. Tem conhecimento da existência de representantes outros movimentos partidários nas Universidades?	NS	N	N	N.R

Anexo C: Quadro de comparação das representações de não militantes e partidários do MPLA

Quadro – Principais diferenças nas representações de estudantes não militantes e militantes do MPLA.

Estudantes não militantes do MPLA	Estudantes militantes do MPLA
<p>1. No que diz respeito à cultura política, esta ala está menos confiante nas instituições públicas a nível de Angola; mostram-se claramente contra o partido que governa o país e tendem a confiar, no geral, na coligação CASA-CE.</p>	<p>1. Embora os mais críticos manifestem total desconfiança nas instituições, nesta ala há quem demonstre confiança ou pelo menos esperança no que se refere As instituições públicas. Há uma considerável confiança no partido que governa e não vêm outro partido em quem depositar confiança.</p>
<p>2. Olham para a democracia como sendo compreendida pela ideia de justiça, representatividade e participação política. A participação política é tida como fundamental na consolidação da democracia. Os entrevistados aceitam na generalidade os dados do Democracy Index no que respeita a posição de Angola abaixo de Cuba no que respeita a vivência democrática.</p>	<p>2. A democracia também é aqui compreendida com as ideias de justiça, representatividade e participação política. A participação política também é tida como fundamental na consolidação da democracia. Os dados do Democracy Index no que respeita a vivência da democracia na comparação com Cuba são vistos como não oficiais por uma parte dos entrevistados desta ala.</p>
<p>3. No tocante ao Progresso Social, os estudantes desta ala apontam, na generalidade, para um nível muito baixo no que respeita ao conjunto de liberdades. Para estes, o progresso social em Angola depende mais das escolhas partidárias do que da capacidade do cidadão empreender.</p>	<p>3. Neste ponto, a exceção dos mais críticos, há uma apreciação de nível mais alto no que toca ao conjunto das liberdades. Para uma parte, o progresso social não depende tanto das escolhas partidárias como da capacidade de cada um empreender.</p>
<p>4. Quanto às Organizações Políticas, na generalidade houve grande aceitação da proposta de uma representatividade por quotas na Assembleia, como um dado que resolveria parte dos problemas políticos do país. No que toca a liberdade de manifestações e associações juvenis, a opinião é de existência de impedimentos por parte de quem governa.</p>	<p>4. Como sempre, esta ala apresenta-se dividida em termos de apreciação da realidade política angolana. Parte encara a ideia de representatividade por quotas como sendo de grande impacto revolucionário para o país, e os outros vêem-na como elemento que divide o país e não gera a ideia de construção de uma nação. No que se refere a aceitação de manifestações e associações, parte alega</p>

	haver grande abertura por parte dos que governam.
5. Quanto a questão das Universidades , a generalidade manifesta a opinião de falta de qualidade nas universidades em Angola, mas também reconhece, em parte, a existência de políticas a serem traçadas para a melhoria das mesmas. Para estes existem organizações juvenis do MPLA nas Universidades sem que se fale de outros partidos.	5. Aqui existem estudantes que consideram as universidades em Angola como tendo alguma qualidade ou que pelo menos tendem a melhorar. A ideia da existência de políticas traçadas pelo executivo para a melhoria da qualidade é comungada por quase todos. Houve, alguns poucos entrevistados desta ala que não confirmam a existência de associações afetas ao MPLA, dizendo mesmo que qualquer um pode aderir sem se falar de cores partidárias.

Anexo D: Curriculum Vitae